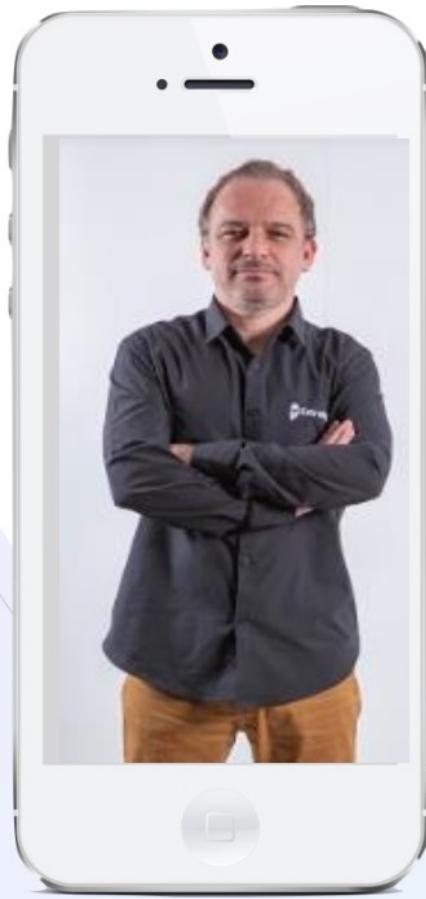




Estratégia
Concursos

Leandro Signori



Telegram

<https://t.me/profleandrosignori>



@profleandrosignori



Leandro Signori



Estratégia
Concursos



RETROSPECTIVA DE ATUALIDADES

OUTUBRO DE 2023

Prof. Leandro Signori



FATOS NACIONAIS

Prof. Leandro Signori

Brasil está cada vez mais feminino e envelhece mais rápido, mostra Censo



Um país mais envelhecido e mais feminino. Esse é o Brasil revelado pelos novos dados do Censo de 2022, sobre a idade e o sexo da população, divulgados nesta sexta-feira (27 set.) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As informações mostram também como **o perfil dos brasileiros vem mudando ao longo das últimas décadas.**

Esta é a quarta rodada de divulgação de informações do censo de 2022. As rodadas anteriores divulgaram informações sobre as populações totais do país e recortes específicos sobre populações indígenas e quilombolas.

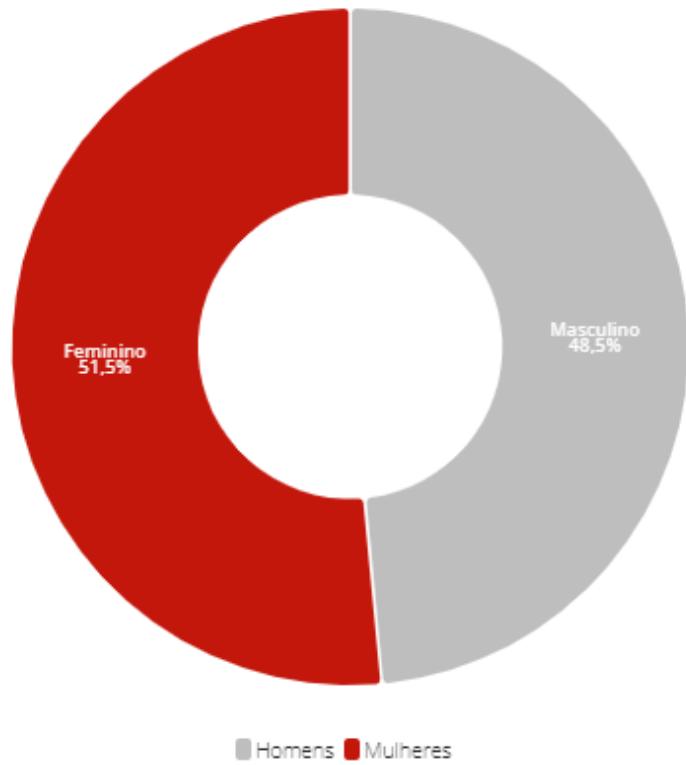
Veja os principais destaques:

- A idade mediana do brasileiro passou de 29 anos (em 2010) para 35 anos (em 2022).** Isso significa que metade da população tem até 35 anos, e a outra metade é mais velha que isso.

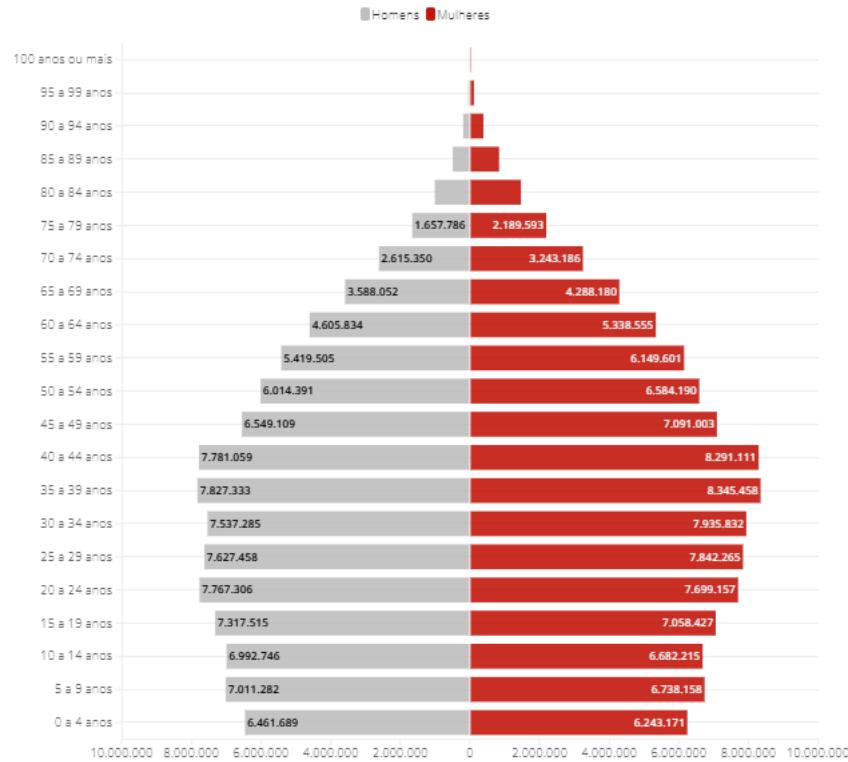
- ❑ Em 2022, o Brasil também registrou o maior salto de envelhecimento entre dois censos desde 1940. Em 2010, a cada 30,7 idosos (65 anos ou mais), o país tinha 100 jovens de até 14 anos. Agora, são 55 idosos para cada 100 jovens.
- ❑ Na prática, o dado acima quer dizer que a tendência do país é ter cada vez menos jovens e cada vez mais idosos
- ❑ O Censo 2022 ainda aponta que a população feminina está aumentando de forma constante no país nas últimas décadas. Hoje, as mulheres são 51,5% dos 203 milhões de brasileiros. Há cerca de 104,5 milhões de mulheres e 98,5 milhões de homens (uma diferença de 6 milhões).
- ❑ Em 2010, o país tinha 96,9 homens para cada 100 mulheres. Em 2022, eram 94,2 homens para cada 100 mulheres.

Sexo dos brasileiros

Maioria da população é feminina, aponta o Censo de 2022



Pirâmide Etária - 2022



g1

Fonte: IBGE

*Dados somente divulgados até a idade de 99 anos.

O grupo de 100 anos ou mais está contido no grupo de 95 anos

Segundo o IBGE, alguns fatores estão por trás destas tendências demográficas. Os principais são:

- ❑ **A taxa de fecundidade dos brasileiros diminuiu ao longo das últimas décadas.** Esse índice aponta o número médio de filhos por mulher. O IBGE não divulgou o valor atual, mas dados de censos anteriores mostraram uma queda constante nas últimas décadas – era 6,16 em 1940; 2,39 em 2000; e 1,9 em 2010.
- ❑ Entre o censo anterior e o mais recente, inclusive, o país passou por dois momentos de redução mais significativa de nascimentos, segundo o IBGE: em 2016, em razão da onda de infecções do zika vírus; e após 2020, com a pandemia de Covid-19. **Esses dois períodos, aliados à queda de fecundidade constante, estão por trás do aumento da idade mediana dos brasileiros e do salto dos índices de envelhecimento.**

- Já a maior quantidade de mulheres tem explicação histórica, em razão das maiores taxas de mortalidade entre os homens, segundo o IBGE. Como as mulheres morrem menos, a tendência é que a população brasileira continue ficando, de fato, cada vez mais feminina.
- Na faixa até os 24 anos de idade, os homens ainda são maioria na população. A partir desse estágio, contudo, as mulheres ficam à frente. Como dito acima, isso acontece por conta da sobremortalidade masculina, mais intensa na juventude, devido às chamadas causas externas (como as mortes violentas, segundo o IBGE).

“A mortalidade masculina é maior em todos os grupos etários. O que resulta em uma população sobrevivente de mulheres. E temos uma alta mortalidade não natural em jovens adultos. Por violência e acidentes”, disse Márcio Minamoguchi, demógrafo do IBGE.

Brasil mais envelhecido

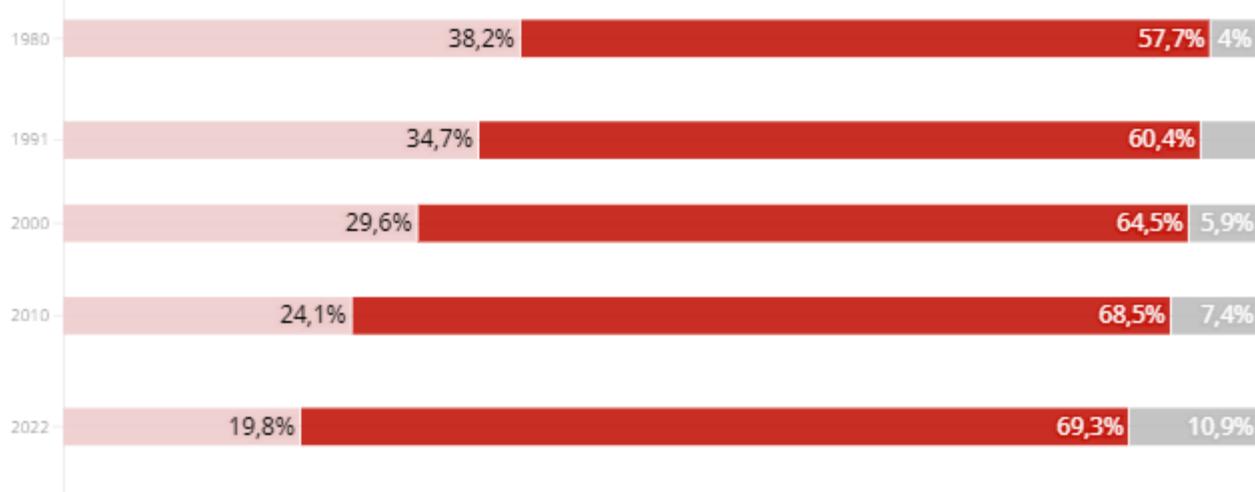
Como já dito, a idade mediana dos brasileiros passou de 29 anos em 2010 para 35 anos em 2022. A proporção de jovens encolheu desde 1980, ao mesmo tempo que os idosos ganharam mais espaço.

Esse processo se acelerou principalmente entre 2010 e 2022. Os dados do IBGE mostram que **o salto de envelhecimento da população brasileira no período foi o maior entre duas edições do censo desde 1940.**

Divisão da população brasileira por grupos etários

Percentual de idosos aumentou entre 1980 e 2022

■ Idades de 0 a 14 anos ■ Idades de 15 a 64 anos ■ Idades de 65 anos ou mais



g1

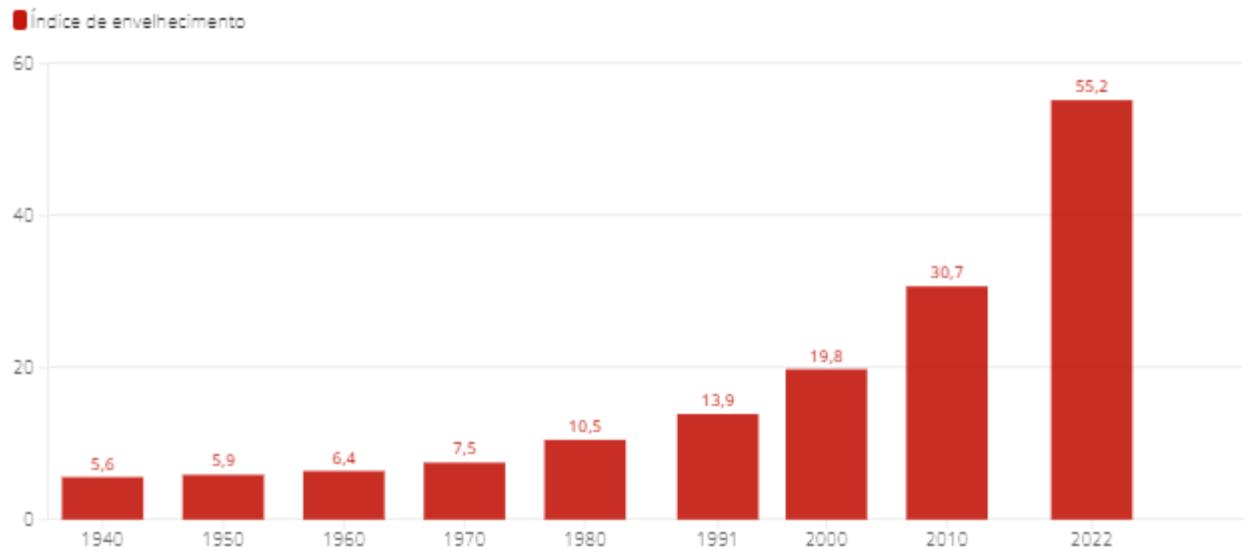
Fonte: IBGE

- ❑ Em 1940, havia 5,6 idosos (65 anos ou mais) para cada 100 jovens (até 14 anos).
- ❑ Esse **índice de envelhecimento** aumentou de forma constante, mas tímida, nas décadas seguintes. Ele começou a acelerar a partir da década de 1990, quando o país tinha 13,9 idosos para cada 100 jovens.
- ❑ Entre 2010 e 2022, ele passou de 30,7 para 55,2 idosos para cada 100 jovens.

Índice de envelhecimento no Brasil

Entre 2010 e 2022, o Brasil teve o maior salto de envelhecimento entre censos.

Número de pessoas com 65 anos ou mais em relação a um grupo de 100 pessoas com até 14 anos.



g1

Fonte: IBGE

Entre 2010 e 2022, houve aumento da idade mediana em todas as regiões do Brasil -- mas, mesmo assim, há uma grande diversidade entre as idades dos brasileiros dentro do próprio país.

- **O Norte é a região mais jovem:** 25,2% da sua população têm até 14 anos. A idade mediana da região é também a mais baixa: 29 anos. Em 2010, era de 24 anos.
- **Já o Sudeste e o Sul são os mais envelhecidos:** cerca de 12% dos moradores têm 65 anos ou mais. No Sudeste, a idade média é de 37 anos (a mais alta do país). Já no Sul, é de 36.

Idade mediana dos brasileiros

Todas as regiões do país tiveram aumento dos indicadores.

■ 2010 ■ 2022

Centro-Oeste



Sul



Sudeste



Nordeste



Norte



Brasil



Além das diferenças entre as regiões, há também uma grande diversidade entre os estados:

- A **idade mediana de Roraima é de apenas 26 anos, a mais baixa** entre todos os estados e o Distrito Federal. O seu índice de envelhecimento também é o mais baixo: 17,4.
- Já a **mais alta é a do Rio Grande do Sul: 38 anos**. O estado também tem o maior índice de envelhecimento: 80,4.
- Os **estados com maior proporção de idosos são Rio Grande do Sul** (14,1% da população), Rio de Janeiro (13,1%) e Minas Gerais (12,4%).
- Já os **estados com maior proporção de jovens (até 14 anos) são Roraima** (29,2%), Amazonas (27,3%) e Amapá (27%).

Brasil mais feminino

O Brasil tem uma população total de 203 milhões de habitantes, sendo 104,5 milhões de mulheres e 98,5 milhões de homens.

- ❑ O valor representa 94,2 homens para cada 100 mulheres. Em 1980, eram 98,7 homens para cada 100 mulheres.

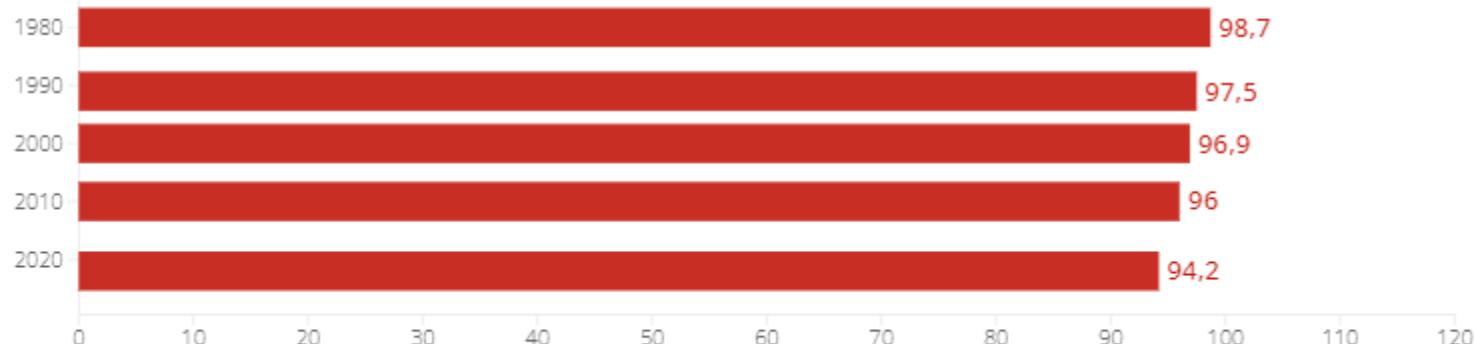
Homens x mulheres

Veja a evolução da razão entre os sexos ao longo das últimas décadas.

Quantidade de homens em comparação com um grupo de 100 mulheres.

Escolha no menu ao lado Brasil Norte Nordeste Sudeste Sul Centro-Oeste

■ Brasil



g1

Fonte: IBGE

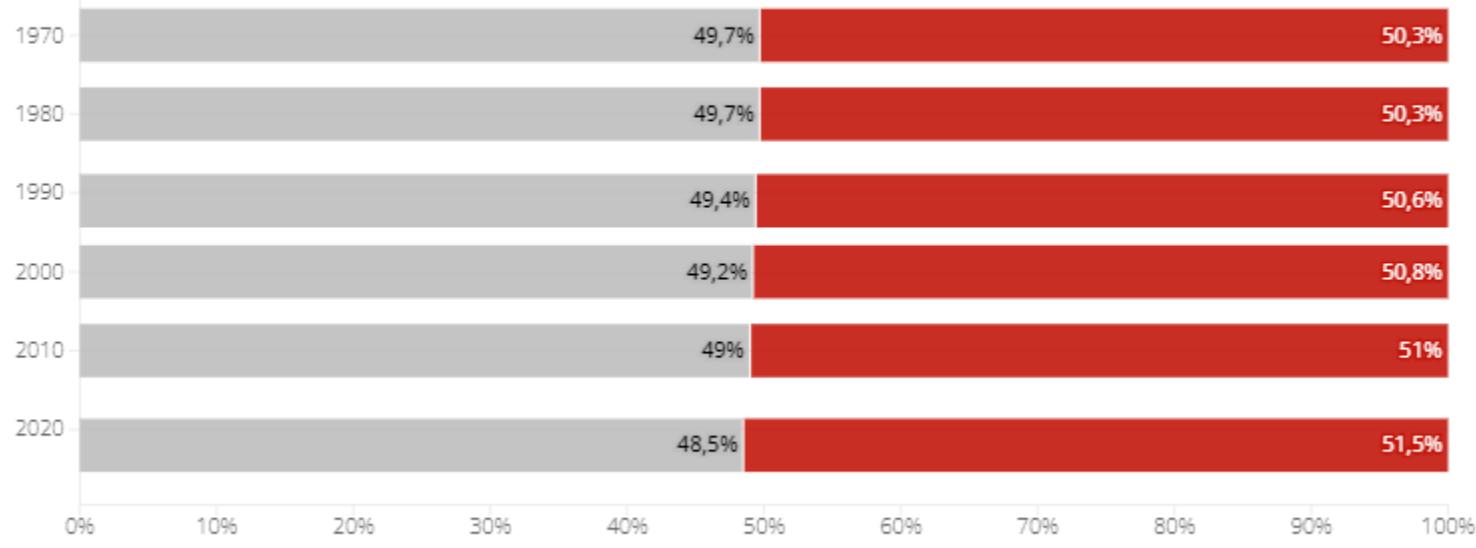
Como é possível ver no gráfico acima, a população feminina está crescendo de forma constante há décadas.

- Em 1970, por exemplo, 50,3% da população era feminina.
- Ao longo das décadas, o percentual foi crescendo, pouco a pouco.
- Em 2022, 51,5% dos brasileiros eram mulheres.

Evolução do sexo dos brasileiros

População está se tornando mais feminina ao longo do tempo.

■ Homens ■ Mulheres



A população é majoritariamente feminina em todas as regiões do país.

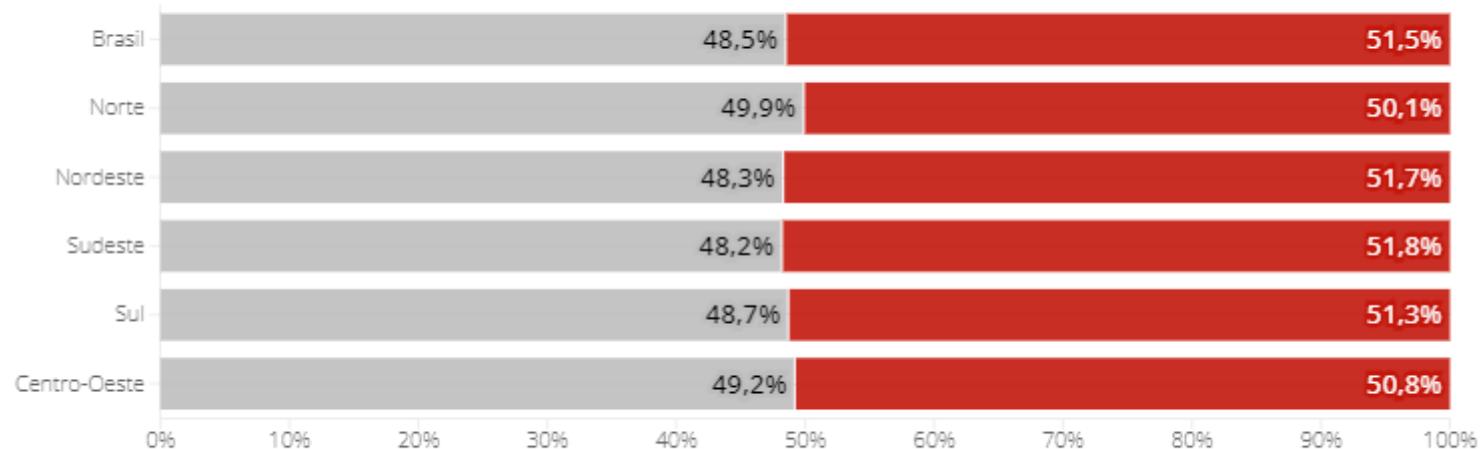
- O Norte é a região com mais homens (49,9%).
- Já o Sudeste é a região com mais mulheres (51,8%).

Há diferenças e peculiaridades entre os estados.

- O Rio de Janeiro é o estado mais feminino (52,8%). São 89,4 homens para cada 100 mulheres.
- Apenas quatro estados têm mais homens que mulheres: Acre, Tocantins, Roraima e Mato Grosso.
- Roraima e Mato Grosso têm a maior razão (proporção) de sexo masculino: são 101,3 homens para cada 100 mulheres.

Sexo por região

■ Masculino ■ Feminino



FMI prevê que Brasil deve se tornar a 9^a maior economia do mundo em 2023



O Brasil deve voltar ao ranking das dez maiores economias do mundo em 2023 e terminar o ano na 9^a posição, segundo as novas projeções do FMI (Fundo Monetário Internacional). O Brasil saiu do top 10 em 2020 e, no ano passado, ficou na 11^a posição.

O que aconteceu

- FMI elevou a projeção para o crescimento da economia brasileira em 2023.** O fundo passou a prever uma alta de 3,1% do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano, ante previsão anterior de avanço de 2,1%.

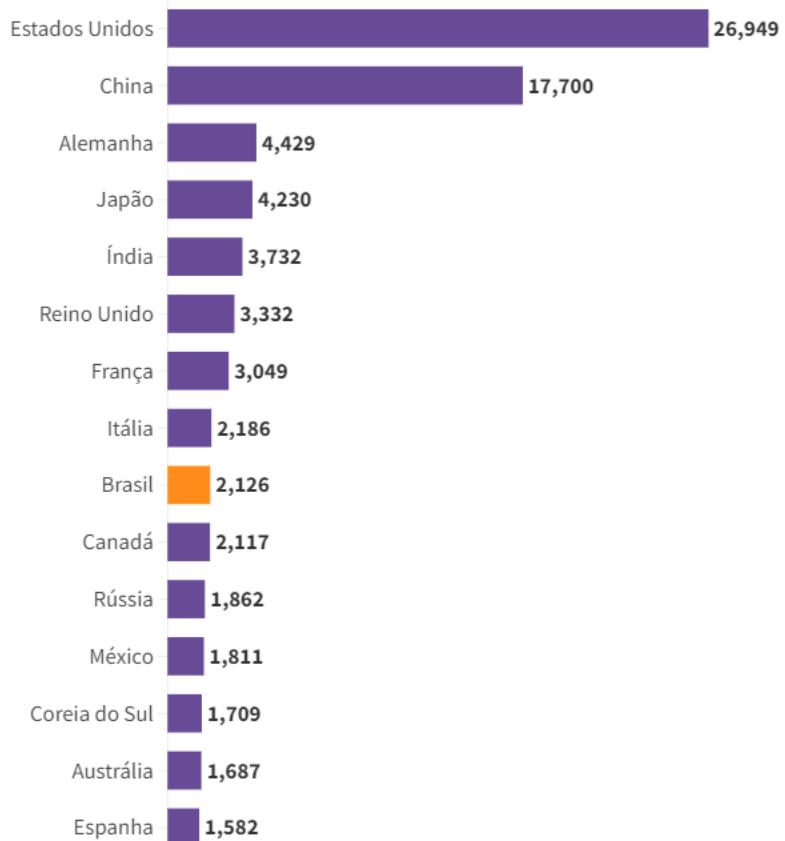
- ❑ **Brasil deve subir duas posições no ranking das maiores economias.** Em abril, o fundo projetava que o Brasil teria a 10ª maior economia do mundo em 2023, com PIB de US\$ 1,920 trilhão em valores correntes. Em seu último relatório World Economic Outlook, divulgado na semana passada, o FMI passou a estimar o valor de US\$ 2,126 trilhões para o PIB brasileiro no ano, acima do projetado para Canadá (US\$ 2,117 trilhões) e Rússia (US\$ 1,862 trilhão).
- ❑ **Confirmada as projeções, Brasil fechará o ano como a 9ª maior economia do mundo.** Em setembro, o UOL publicou reportagem que indicava o retorno do Brasil ao top 10 com base em levantamento da agência de classificação de risco Austin Rating, que elabora um ranking atualizado das maiores economias do mundo, a partir das projeções do FMI para a economia mundial. O top 5 teria, pela ordem: Estados Unidos, China, Alemanha, Japão e Índia.

- ❑ A moeda brasileira está mais valorizada neste ano. O economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, diz que a taxa de câmbio nominal do real, hoje na casa de R\$ 4,99, apresenta valorização de 2,17%, enquanto o rublo russo despencou 12,9%. O dólar canadense teve valorização menor, de 1,2%. "O Brasil tem um ritmo de crescimento melhor do que esses países e também porque a sua moeda se valorizou mais", afirma o especialista.
- ❑ O Fundo diz que o crescimento econômico do Brasil é mais forte que o esperado. No relatório, o FMI resume que **o aumento é "impulsionado pela dinâmica e serviços resilientes** no primeiro semestre de 2023".

- Pelas projeções do FMI, Brasil pode retomar o posto de 8^a maior economia em 2026. Segundo as projeções da organização, o PIB do país ultrapassará o da Itália e chegará a US\$ 2,476 trilhões. As indicações são de que o país se mantenha nessa posição até 2028. O país chegou a ter a sétima maior economia do mundo entre 2010 e 2014, entre as gestões Lula e Dilma.

As 15 maiores economias do mundo em 2023

Projeção do FMI, considerando valor corrente esperado para o PIB, em US\$ trilhões



Balança comercial soma US\$ 80,2 bilhões até outubro e bate recorde histórico



A balança comercial registrou um superávit de US\$ 80,2 bilhões de janeiro a outubro deste ano, informou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços nesta quarta-feira (1º).

De acordo com o MDIC, o superávit registrado no período também é o maior para os dez primeiros meses de um ano. A série histórica tem início em 1989. Até então, o maior saldo positivo havia sido registrado em 2021 (+US\$ 58,6 bilhões).

O resultado é de superávit quanto as exportações superam as importações. Quando acontece o contrário, o resultado é deficitário.

O valor representa um aumento de 57,9% em relação ao mesmo período do ano passado, quando o saldo positivo somou US\$ 50,79 bilhões.

Somente em outubro, a balança comercial apresentou um superávit de US\$ 8,96 bilhões.

Nesta terça-feira (30), o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, projetou nesta segunda-feira (30) que a balança comercial brasileira deve terminar o ano com superávit recorde de US\$ 91 bilhões.

Caso se confirme, o saldo representaria um aumento de 46% em relação aos US\$ 62,3 bilhões obtidos em 2022, montante já considerado recorde da série histórica da balança, ou seja, desde 1989.

Exportações e importações

De acordo com dados oficiais, as exportações somaram US\$ 282,47 bilhões no acumulado deste ano — aumento, pela média diária, de 0,3% na comparação com o mesmo período do ano passado. Já as importações totalizaram US\$ 202,26 bilhões — queda de 12,2%.

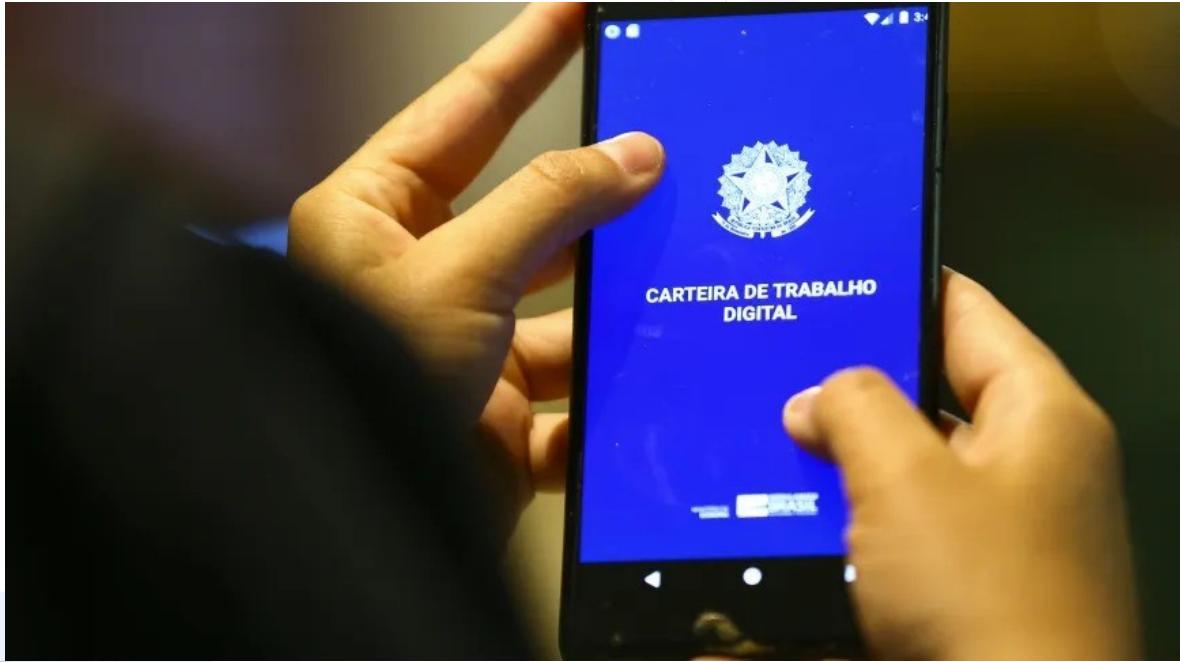
De janeiro a outubro deste ano, os principais produtos exportados foram:

1. **Soja**: US\$ 48,48 bilhões, com alta de 10,1% sobre o mesmo período do ano passado
2. **Óleos brutos de petróleo**: US\$ 33,97 bilhões, com aumento de 1%
3. Minério de ferro: US\$ 24,39 bilhões, com queda de 2,3%
4. Açúcares e melaços: US\$ 11,71 bilhões, com alta de 34,3%
5. Milho: US\$ 10,58 bilhões, com elevação de 21,1%.

Na parcial do ano, os principais destinos das exportações são:

1. China, Hong Kong e Macau (+12,2%, para US\$ 87,3 bilhões);
2. União Europeia (-10,7%, para US\$ 38,42 bilhões);
3. Estados Unidos (-3,9%, para US\$ 29,96 bilhões);
4. Argentina (+12,5%, para US\$ 14,9 bilhões).

Desemprego cai a 7,7% em setembro, com recorde de trabalhadores ocupados no país, diz IBGE



O mercado de trabalho no Brasil registra recorde histórico de trabalhadores ocupados e, consequentemente, o patamar mais baixo de desemprego em quase uma década. É o que apontam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, divulgada nesta terça-feira (31) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o levantamento, **o país encerrou o trimestre terminado em setembro com taxa de desemprego em 7,7% - patamar mais baixo registrado desde o trimestre terminado em fevereiro de 2015.**

Em números absolutos, o desemprego atingia 8,3 milhões de brasileiros, cerca de 100 mil a menos na comparação com o trimestre imediatamente anterior, terminado em junho deste ano, e 1,1 milhão a menos que o registrado em setembro do ano passado, o que corresponde a uma queda de 3,8% no trimestre e de 12,1% no ano.

“A queda na taxa de desocupação foi induzida pelo crescimento expressivo no número de pessoas trabalhando e pela retração de pessoas buscando trabalho no terceiro trimestre de 2023”, explica a coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, Adriana Beringuy.

Segundo a pesquisadora, **o grande destaque do levantamento é o aumento do trabalho formal no país**. Na comparação com o trimestre terminado em junho, a ocupação no mercado de trabalho avançou 0,9%. Em números absolutos, isso corresponde a quase 1 milhão (929 mil) pessoas a mais trabalhando no país, sendo que mais da metade (587 mil) foi contratada com carteira de trabalho assinada.

“Isso fez com que a expansão da ocupação formal fosse muito maior que a da informal. Não que a informalidade tenha caído. Chegamos a 39 milhões de pessoas trabalhando na informalidade, o que é um contingente significativo ”, destacou Adriana.

Em números absolutos, o mercado de trabalho absorveu 631 mil trabalhadores formais e 299 mil informais no trimestre. **A taxa de informalidade chegou a 39,1%, ficando estável na comparação trimestral.**

Destaque dos serviços financeiros e locação de mão de obra

De acordo com o IBGE, dentre os dez setores econômicos analisados pela pesquisa, na comparação trimestral, o único que registrou aumento significativo no número de ocupados foi o de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, que absorveu 420 mil trabalhadores.

Segundo a coordenadora da pesquisa, o destaque das contratações neste setor partiu dos serviços financeiros e de locação de mão de obra, responsável também pela alta das contratações formais.

“Embora essa atividade tenha se destacado no pós-pandemia por causa dos serviços de tecnologia da informação, agora tem registrado expansões seguidas não só relacionadas a esse segmento, mas também aos serviços de locação de mão de obra, administrativos, jurídicos e financeiros. Além disso, boa parte do crescimento do trabalho com carteira assinada no trimestre veio por meio dessa atividade”, explicou Beringuy.

Também teve destaque no trimestre o segmento de administração pública, com incremento de 207 mil ocupados. Segundo Adriana, esse crescimento se deve a um movimento sazonal do setor público.

Já na comparação anual, o maior aumento de ocupados foi observado na administração pública (685 mil), seguido pelo de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (617 mil).

Rendimento tem ganho real

O rendimento médio real no país foi estimado em R\$ 2.982 em setembro. De acordo com o IBGE, considerando os efeitos da inflação no período, houve ganho real para o trabalhador brasileiro.

Na comparação trimestral, o aumento no rendimento médio foi de R\$ 49, enquanto no ano chegou a R\$ 120, valores que correspondem a uma alta de, respectivamente, de 1,7% no trimestre e 4,2% no ano.

Segundo a coordenadora da Pnad, o aumento do rendimento médio partiu dos empregados com carteira no setor privado, empregados no setor público e trabalhadores por conta própria.

"Entre as atividades, houve expansão significativa do rendimento dos trabalhadores da indústria e da administração pública, defesa, segurança social, educação, saúde humana e serviços sociais", destacou.

Com o aumento do rendimento médio, a massa de rendimentos no país, estimada em R\$ 293 bilhões, atingiu novamente o maior patamar da série histórica da pesquisa . Frente aos três meses anteriores, o aumento foi de 2,7%.

"Diante de uma expansão da população ocupada, temos como resultado o aumento da massa de rendimento real. Essa alta pode ter influência da maior participação de trabalhadores formais no mercado de trabalho, que têm, em média, rendimentos maiores", analisa a pesquisadora.

Bolsa Família completa 20 anos



O Bolsa Família, maior programa de transferência de renda na história do Brasil, completa 20 anos nesta 6ª feira (20.out.2023). **Chega atualmente para 21,5 milhões de famílias.** O benefício médio é R\$ 687. Custou R\$14,6 bilhões em setembro de 2023 ao governo federal.

O benefício assistencial foi estabelecido por medida provisória no 1º mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O Congresso aprovou as regras em janeiro de 2004. Resultou na lei nº 10.836. Foi revogada em dezembro de 2021 no governo de Jair Bolsonaro (PL). O Auxílio Emergencial, antes provisório e adotado durante a pandemia de covid-19, passou a substituir o Bolsa Família. A lei nº 14.601, de junho de 2023, restabeleceu o nome anterior.

O Bolsa Família reuniu 3 programas assistenciais criados no governo FHC:

- Bolsa Escola** – criado em abril de 2001;
- Bolsa Alimentação** – criado em setembro de 2001;
- Auxílio Gás** – criado em janeiro de 2002.

O Bolsa Família substituiu diversos benefícios em único pagamento mensal.

A ligação com o governo anterior ao de Lula faz com que a paternidade do programa seja controversa. **A ideia da unificação na época foi proporcionar renda mínima às famílias mais pobres com liberdade para gastarem no que decidissem ser necessário.**

Atualmente, o Bolsa Família é pago a famílias com renda individual mensal de até R\$ 218. O benefício mínimo é R\$ 600 por família. É maior para famílias muito numerosas, com gestantes e com crianças.

Há exigências de educação e cuidados com a saúde para a manutenção do benefício, incluindo frequência escolar, vacinação de crianças e exames pré-natal de gestantes. O objetivo disso é que as famílias consigam sair da situação de pobreza.

EMPREGO NÃO EXCLUI

Pessoas que recebem o Bolsa Família e conseguem emprego com carteira assinada não são excluídas do cadastro único, o banco de dados do programa. Continuam a receber o benefício que permita chegar à renda mínima de R\$ 218 por pessoa na família. Caso excedam esse teto, deixam de recebê-lo. Mas o pagamento é restabelecido rapidamente se perderem o emprego. Isso faz com que não tenham receio de aceitar propostas de trabalho, segundo o ministro Wellington Dias (Desenvolvimento Social).

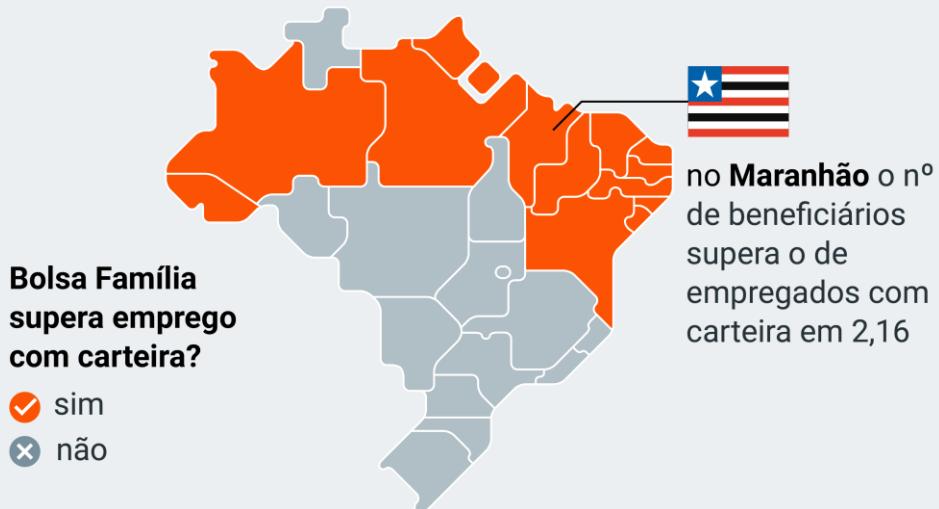
O Bolsa Família foi essencial para as 4 vitórias de candidatos do PT em eleições presidenciais depois de 2003. Lula foi reeleito em 2006. Dilma Rousseff foi eleita em 2010 e reeleita em 2014. Lula foi eleito em 2022.

Lula ficou em 1º lugar em 2022 no Nordeste, onde o Bolsa Família tem grande relevância.

Em 13 Estados do país há mais beneficiários do programa do que empregos com carteira assinada. É o caso de toda a região Nordeste do país, assim como no Amazonas e no Pará, Estados em que Lula teve mais votos do que Bolsonaro.

BOLSA FAMÍLIA SUPERA TRABALHO COM CARTEIRA EM 13 ESTADOS

dados de fevereiro de 2023



UF	beneficiários do Bolsa Família	empregos com carteira	beneficiários/empregados com carteira
MA	1.255.565	580.556	2,16
PI	641.057	314.981	2,04
AP	127.408	76.690	1,66
PA	1.381.470	854.892	1,62
PB	710.310	449.120	1,58
AC	134.231	92.473	1,45
AL	555.128	392.648	1,41
SE	418.046	297.674	1,40
BA	2.646.130	1.913.221	1,38
AM	638.787	476.074	1,34
PE	1.728.800	1.382.409	1,25
CE	1.520.013	1.242.425	1,22
RN	522.218	458.743	1,14
RR	69.221	73.273	0,94
TO	160.916	222.610	0,72
RJ	1.907.067	3.404.716	0,56
RO	127.912	259.452	0,49
ES	316.646	821.792	0,39
MG	1.675.143	4.497.138	0,37
GO	510.640	1.401.060	0,36
MS	215.940	607.265	0,36
MT	269.686	853.148	0,32
RS	633.043	2.683.247	0,24
PR	619.280	2.953.567	0,21
SP	2.677.837	13.173.142	0,20
DF	170.680	881.828	0,19
SC	234.308	2.379.008	0,10

CPMI do 8 de janeiro pede indiciamento de Jair Bolsonaro



A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigou os atos antidemocráticos de 8 de janeiro aprovou nesta quarta-feira (18) o pedido de indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de mais 60 pessoas, dos quais cinco ex-ministros e oito generais das Forças Armadas, **todos acusados de tentativa de golpe de Estado durante a invasão das sedes dos Três Poderes.**

Com 20 votos a favor e 11 contrários, o colegiado aprovou o relatório da senadora Eliziane Gama (PSD-MA). Houve uma abstenção.

Entre os listados estão o ex-presidente Jair Bolsonaro; os generais Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Luiz Eduardo Ramos, Paulo Sérgio Nogueira, Marco Antonio Freire Gomes, Ridauto Lúcio Fernandes, Carlos Feitosa Rodrigues e Carlos José Penteado; o ex-comandante da Marinha, almirante Almir Garnier Santos; o tenente-coronel Mauro Cid; o ex-ministro da Justiça Anderson Torres; e o ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques.

O relatório pede que o ex-presidente Jair Bolsonaro seja indiciado pelos crimes de associação criminosa; tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; tentativa de depor governo legitimamente constituído; e emprego de medidas para impedir o livre exercício de direitos políticos. De acordo com a relatora, Bolsonaro foi o autor intelectual dos atos antidemocráticos.

Eliziane Gama incluiu, também, o nome de diversos outros militares, policiais rodoviários federais e integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal, além de diversos suspeitos de terem financiado ou influenciado a tentativa de golpe de Estado, durante os atos do 8 de janeiro.

“A democracia foi atacada. Massas foram manipuladas com discursos de ódio. Milicianos digitais foram empregados para disseminar o medo, desqualificar adversários e promover ataques ao sistema eleitoral. Forças de seguranças foram cooptadas. Tentou-se corromper, obstruir e anular as eleições. E usam a liberdade de expressão para afogar a expressão”, afirmou a senadora, durante a leitura do documento.

O relatório é encaminhado aos órgãos responsáveis pela apuração das responsabilidades, como o Ministério Público Federal.

Em sete horas de discussão, parlamentares manifestaram-se a favor e contra os pedidos de indiciamento. Para os governistas, o relatório traz explicações que antecederam os atos de 8 de janeiro e evidências de que houve uma tentativa de instrumentalizar o Estado, cooptar militares para a derrubada da democracia.

A oposição, contrária ao relatório, argumentou que o documento era parcial, tendencioso por não incluir na lista de indiciados integrantes do governo federal, como o ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Gonçalves Dias, que chegou a depor na CPI.

Antes de anunciar o resultado, o presidente da CPMI, Arthur Maia (União-BA), fez um balanço dos trabalhos da comissão, que a questão foi tratada com justiça e de forma imparcial e finalizou destacando que a CPMI não teve o objetivo de descredibilizar as Forças Armadas.

"Todos os deputados e senadores que participaram dessa comissão querem o melhor para esse país e são radicalmente contra o que aconteceu em 8 de janeiro deste ano", disse. "

Estamos encerrando sobretudo com esse sentimento: de valorização da nossa democracia e de reconhecimento do papel do Parlamento para trazer essa verdade".

TSE condena Bolsonaro por uso eleitoral do 7/9 e também torna Braga Netto inelegível



O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) condenou nesta terça-feira (31), por 5 votos a 2, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em um novo processo — desta vez, devido ao **uso eleitoral do 7 de Setembro de 2022**.

Além de declarar pela segunda vez Bolsonaro inelegível por oito anos, a corte também decidiu pela inelegibilidade de Walter Braga Netto (PL), general da reserva e ex-ministro que foi candidato a vice na chapa derrotada do ex-presidente à reeleição e que era cotado para disputar as eleições para a Prefeitura do Rio em 2024.

Dos 7 ministros, 5 consideraram que **Bolsonaro cometeu abuso de poder e promoveu campanha usando dinheiro público nas comemorações do Dia da Independência**: Benedito Gonçalves, Floriano de Azevedo Marques, André Ramos Tavares, Cármem Lúcia e Alexandre de Moraes.

Também foram 5 votos contra Braga Netto —inicialmente, o relator Benedito Gonçalves havia sido a favor de livrar o então vice da inabilitação para disputar eleições, mas ele mudou seu voto no final da noite desta terça.

Já os ministros Kassio Nunes Marques e Raul Araújo votaram pela rejeição das ações tanto contra Bolsonaro como contra o então candidato a vice.

O ex-presidente já havia sido declarado inelegível por oito anos pelo TSE no final de junho, também por 5 votos a 2, no julgamento de uma ação que tratava de reunião com embaixadores na qual ele fez ataques e divulgou mentiras sobre o sistema eleitoral. Na ocasião, Braga Netto foi absolvido.

O novo processo não tem efeito prático em ampliar a duração da inelegibilidade de Bolsonaro, já que as penas não se somam em condenações eleitorais por campanhas do mesmo ano. No entanto, além de multa e do desgaste político, pode gerar elementos que engrossem outras ações contra ele.

A multa proposta pelo corregedor do TSE, Benedito Gonçalves, foi de R\$ 425 mil a Bolsonaro e de mais R\$ 212 mil a Braga Netto (PL). Os valores foram acatados pela maioria do tribunal.

Alexandre de Moraes deu um voto duro contra Bolsonaro e Braga Netto. Ele classificou os atos do 7 de Setembro do ano passado como de caráter eleitoral e eleitoreiro e criticou fortemente o **fato de o Exército ter cancelado o tradicional desfile militar no centro do Rio para engrossar o ato bolsonarista em Copacabana**.

Ele disse que o tribunal não poderia fazer "a política do aveSTRUZ" e ignorar os atos ilícitos praticados nas comemorações da data. Além disso, afirmou que Bolsonaro instrumentalizou as Forças Armadas para mudar os desfiles e transformá-los num "showmício".

"Não houve o desfile tradicional do Rio de Janeiro porque o que se adequava mais à política eleitoral, à campanha do candidato à reeleição, era um desfile em Copacabana para encerrar no forte o seu grande showmício. A prefeitura municipal bem colocou que era um absurdo, seja do ponto de vista histórico tradicional essa alteração, seja do ponto de vista logístico. O prefeito Eduardo Paes assim se manifestou", disse o presidente do TSE.

"As condutas são flagrantes, o que se fez no dia foi um gran finale de algo que já estava sendo engendrado desde a convenção do Partido Liberal até o dia anterior [ao 7 de Setembro]. Houve uma verdadeira fusão entre o ato oficial e o ato eleitoral. O abuso é claro", acrescentou.

Moraes também afirmou que "houve lamentável e triste instrumentalização das Forças Armadas" para uma candidatura a presidente e vice. "Isso por si só já configuraria conduta vedada e abuso do poder político e econômico", disse.

No 7 de Setembro do ano passado, Bolsonaro pediu votos, reforçou discurso conservador, fez ameaças golpistas diante de milhares de apoiadores e deu destaque à então primeira-dama Michelle Bolsonaro, com declarações de tom machista.

A contagem do prazo de oito anos da inelegibilidade tem início em 2022 e, pela atual legislação, Bolsonaro e Braga Netto estariam aptos a se candidatar novamente em 2030. Bolsonaro terá 75 anos, ficando afastado portanto de três eleições até lá (sendo uma delas a nacional de 2026).

Moraes também afirmou que Braga Netto participou de todos os eventos e que ele teria confessado o caráter eleitoral do ato, em entrevista dada no dia seguinte, quando disse que os atos "demonstraram a força que Bolsonaro tem em ganhar nas urnas".

"Ele falou também sobre as pesquisas eleitorais que estavam erradas e não citou nada em relação ao Bicentenário [da Independência]. Ou seja, campanha e mais campanha", disse Moraes.

Kássio Nunes Marques divergiu da maioria dos ministros e descartou a inelegibilidade de ambos. Ele apenas votou pela aplicação de R\$ 20 mil a Bolsonaro pelos dois eventos realizados no dia —um em Brasília e outro no Rio— e não aplicou nenhuma pena a Braga Netto. "Não há provas nos autos que, no momento cívico, tenha sido feita campanha eleitoral" disse. Ele acrescentou que "os dois eventos sob análise não tiveram potencial de violar de maneira grave os bens jurídicos".

Em seu voto, o relator Benedito relembrou que a comemoração cívica vinha sido tratada como evento eleitoral pelo ex-presidente, com instigações "a um combate decisivo contra pessoas imaginárias" —quando Bolsonaro disse, por exemplo, para seus apoiadores irem "às ruas pela última vez".

"O que se viu nas manifestações feitas nas convenções partidárias em julho do ano passado e na propaganda eleitoral de 6 de setembro do ano passado foi a inequívoca difusão de mensagens associando a comemoração do bicentenário [da Independência] e todo o seu simbolismo à campanha do investigado [Bolsonaro]", disse Benedito.

"A prova dos autos demonstra que essa mobilização não envolveu exclusivamente ato de campanha, houve nítida referência aos atos oficiais com destaque para a participação das Forças Armadas."

O relator afirmou ainda que houve "apropriação simbólica" da data cívica e dos símbolos da República para transformá-los em ato eleitoral, com uso de recursos federais.

O julgamento, que começou no dia 24, analisou ações apresentadas pelo PDT e pela senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), que questionaram a participação de Bolsonaro nas comemorações do Bicentenário da Independência em Brasília e no Rio de Janeiro.

O advogado de Bolsonaro, Tarcísio Vieira, se queixou da celeridade das ações e disse que pedidos para ouvir três testemunhas foram negados, e que isso é prejudicial ao processo. "Celeridade é importante, mas a certeza jurídica é ainda mais."

Depois da proclamação do resultado nesta terça, Tarcísio declarou que vai esperar a publicação do acórdão para avaliar quais pontos podem ser questionados em eventuais recursos.

Em julgamento anterior, o advogado já havia dito que as ações que analisam condutas adotadas pelo seu cliente tiveram "rito anômalo" no TSE.

Tarcísio, ao se manifestar, questionou o motivo de o julgamento não tramitar em conjunto com uma ação apresentada pela coligação de Lula (PT), que também tratava de temas como o uso de tratores no evento.

A defesa de Bolsonaro afirmou que as comemorações do ato cívico ocorreram de forma aberta e institucional, com a presença de autoridades e convidados no palco oficial.

Antes de Tarcísio, se manifestaram o advogado do PDT, Walber Agra, e de Thronicke, Marilda Silveira. Agra disse que as condutas de Bolsonaro nesta ação "são bem mais graves" do que as analisadas anteriormente.

"Nós temos aqui um caráter sistêmico de infrações", disse Agra, afirmando que o objetivo era "matar a democracia" por meio da tentativa de burlar o processo eleitoral e deslegitimar o TSE.

Já Marilda disse que, no evento, "o que se viu foi um uso, com todo respeito, descarado da posição de chefe de Estado", no maior e mais importante evento cívico daquele ano e com "o objetivo claro de impulsionar campanha".

O vice-procurador-geral eleitoral, Paulo Gonet, reiterou no julgamento manifestação na qual defendeu a declaração de inelegibilidade de Bolsonaro nas ações sobre o 7 de Setembro.

Ele disse que o quadro "expunha à população a imagem de afinidade que a ordem jurídica quer evitar entre o agente político em campanha para a reeleição e as Forças Armadas".

Senado aprova desoneração da folha para 17 setores até o fim de 2027



O Senado aprovou nesta quarta-feira (25) o **projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento de empresas de 17 setores da economia por mais quatro anos, até 31 de dezembro de 2027**.

A proposta foi aprovada pelo Senado pela primeira vez em junho, mas sofreu mudanças quando passou pela Câmara em agosto e, por isso, voltou para análise dos senadores.

Na terça-feira (24), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou todas as mudanças feitas pelos deputados. Como o plenário da casa referendou a decisão, o texto segue agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Durante a apreciação do texto, senadores aprovaram ainda a redução de 2% para 1% da alíquota da contribuição sobre a receita bruta efetuada por empresas de "transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal, intermunicipal em região metropolitana, intermunicipal, interestadual e internacional". No caso do transporte de cargas, segue a alíquota de 2%.

17 setores

O projeto permite que empresas de 17 setores substituam a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários dos empregados, por uma alíquota sobre a receita bruta do empreendimento, que varia de 1% a 4,5%, de acordo com o setor e serviço prestado. Essa possibilidade, pela proposta aprovada, valerá até 31 de dezembro de 2027.

Segundo o Movimento Desonera Brasil, que reúne representantes dos setores beneficiados, o tema impacta 8,9 milhões de empregos formais diretos, além de outros milhões de postos de trabalho derivados da rede de produção dessas empresas.

Entre as 17 categorias de que trata o projeto estão:

- ❑ indústria (couro, calçados, confecções, têxtil, proteína animal, máquinas e equipamentos);
- ❑ serviços (TI & TIC, call center, comunicação);
- ❑ transportes (rodoviário de cargas, rodoviário de passageiros urbano e metro ferroviário);
- ❑ construção (construção civil e pesada).

A substituição permite, na prática, que as companhias paguem um valor menor do imposto e, a partir do alívio nas contas, consigam contratar mais funcionários.

A lei atualmente em vigor prevê que a desoneração vai valer somente até o fim de 2023, por isso o projeto para adiar a medida foi apresentado em fevereiro deste ano pelo senador Efraim Filho (União-PB).

Setores

O Movimento Desonera Brasil, de instituições que representam os setores estratégicos para a economia, aponta os seguintes impactos da proposta:

- ❑ a partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), de 2018 a 2022, os setores que permaneceram com a folha desonerada tiveram um crescimento de empregos da ordem de 15,5%, enquanto os que tiveram a folha reonerada cresceram apenas 6,8% no mesmo período. Houve também aumento dos salários dos trabalhadores de áreas que contaram com o benefício;
- ❑ segundo o Desonera Brasil, caso não houvesse a desoneração da folha nesses anos, os 17 setores teriam deixado de gerar 1,62 milhão de empregos formais e os salários de seus trabalhadores seriam menores, diminuiriam R\$294,00 em média;

- ❑ o movimento estimou que a ausência do modelo levaria a uma perda de arrecadação de contribuições de empresas e empregados ao INSS de 13,2 bilhões de reais em 2022;
- ❑ a manutenção dos postos de trabalho também garante continuidade do pagamento de salários, da capacidade de consumo e da realização de investimentos.

Pequenos municípios

A matéria também reduz de 20% para 8% a alíquota da contribuição previdenciária patronal, que incide sobre os salários dos funcionários, paga pelos pequenos municípios.

A regra valerá para as cidades com menos de 142.633 habitantes, que não recebem a cota reserva do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A medida deve atingir mais de 3.000 municípios. Com isso, o governo federal pode deixar de arrecadar R\$ 9 bilhões anualmente.

"Utilizando-se a base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o PIB dos municípios no período de 2010 a 2020, é possível afirmar que a proposição aprovada pelo Senado beneficia mais de 95% dos municípios do país – com uma redução de alíquota de 20% para 8% – o que representa uma diminuição de 60% das despesas com contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamentos para os municípios que não possuem regimes próprios de previdência", argumentou Angelo Coronel (PSD-BA), relator da proposta.

Câmara aprova taxação de offshores e fundos exclusivos, e texto segue para o Senado; veja ponto a ponto



A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (25) o **projeto de lei que prevê a taxação das offshores e dos fundos exclusivos**. O texto vai ao Senado.

A proposta que trata da taxação das offshores e dos fundos exclusivos é considerada essencial pela equipe econômica do governo para aumentar a arrecadação federal em 2024 e zerar o déficit nas contas públicas.

Tramitando em regime de urgência constitucional, o texto estava trancando a pauta do plenário da Câmara desde 14 de outubro. Com isso, nenhum outro projeto de lei poderia ser votado até que o texto em urgência fosse analisado pelo plenário.

Offshores

Offshore é uma nomenclatura usada para investimentos feitos no exterior. Geralmente, esses fundos têm sede em outro país e contam com ativos internacionais. Em muitos casos, porém, o gestor desse investimento está no Brasil.

Atualmente, no caso de offshores, a taxação ocorre apenas se uma empresa localizada no exterior transfere o lucro da companhia para o sócio pessoa física no Brasil. Se o sócio, no entanto, optar por manter os recursos no exterior, a tributação é adiada e, em alguns casos, nem chega a acontecer.

Segundo o parecer do relator da matéria, deputado Pedro Paulo (RJ), **a tributação será feita com a alíquota de 15%, independente dos valores dos rendimentos, de forma anual.**

Pelo texto, a variação cambial de depósitos em conta corrente ou em cartão de débito ou crédito no exterior não ficará sujeita à tributação “desde que os depósitos não sejam remunerados e sejam mantidos em instituição financeira no exterior reconhecida e autorizada a funcionar pela autoridade monetária do país em que estiver situada”.

Já a variação cambial de moeda estrangeira em espécie não ficará sujeita à taxação até o limite de venda de moeda equivalente a US\$ 5 mil no ano.

Fundos exclusivos

Já **fundos exclusivos** são produtos montados especificamente para um ou alguns cotistas (geralmente membros de um mesmo grupo ou família). Atualmente, a tributação ocorre somente no momento de resgate da aplicação.

Dados do governo federal mostram que 2,5 mil brasileiros têm recursos aplicados nesses fundos, que acumulam R\$ 756,8 bilhões. Eles correspondem a 12,3% dos fundos no país.

De acordo com a proposta, **rendimentos decorrentes de fundos de investimento serão submetidos a uma tributação semestral periódica** (chamada de “come-cotas”), com alíquotas de 15% no caso dos fundos de longo prazo, e de 20%, no caso dos fundos de curto prazo.

Um ponto que foi alvo de negociações foi a mudança nos requisitos para a isenção de Imposto de Renda para pessoa física nos rendimentos dos Fundos de Investimento em cadeias Agroindustriais (Fiagros) e dos Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs).

Atualmente, para se ter a isenção em rendimentos de FIIs e Fiagros, os fundos precisam ter um mínimo de 50 cotistas. Pedro Paulo ampliou o número de cotas para 100 e limitou até 30% as cotas que familiares de até segundo grau podem deter.

Pedro Paulo ainda acolheu uma sugestão para que empresas que operem no país, com ativos virtuais, independentemente de seu domicílio, fiquem obrigadas a fornecer informações periódicas de suas atividades e de seus clientes à Receita Federal e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

Atualização de rendimentos

Quando enviada ao Congresso, a proposta do governo previa uma taxa de 10% para quem optar por atualizar os rendimentos até 31 de dezembro deste ano.

Na primeira versão do relatório, Pedro Paulo reduziu a alíquota para 6%, mas após conversas com líderes, aumentou o percentual para 8%.

A tributação vale para fundos exclusivos e para offshores, sendo voluntária para este último.

“É um incentivo que se dá e se abre essa janela para essa antecipação até dezembro de uma atualização deste estoque a 8%”, disse o relator.

A partir de janeiro de 2024, valem as alíquotas estabelecidas para os rendimentos de offshores e fundos exclusivos.

Haddad anuncia indicação de Paulo Picchetti e Rodrigo Teixeira para diretorias do Banco Central



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou nesta segunda-feira (30) as **indicações dos economistas Paulo Picchetti e Rodrigo Teixeira para diretorias do Banco Central**.

Os nomes devem ser indicados formalmente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda nesta segunda.

- Paulo Pichetti está sendo indicado para a diretoria de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos;**
- Rodrigo Teixeira foi indicado para a diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta.**

Para poderem assumir, os indicados ainda têm de passar por sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal. Em votação, os senadores precisam aprovar as indicações na CAE e em plenário.

A diretoria colegiada do Banco Central é composta por um presidente (Roberto Campos Neto) e oito diretores.

Desde 2021, com a lei que deu autonomia administrativa ao Banco Central, os diretores e o presidente da autarquia têm mandato com prazo definido em lei – ou seja, só podem ser trocados ao fim do prazo.

Com as indicações do presidente Lula nesta semana, o BC passará a ter quatro nomes do atual governo.

Quem são os indicados?

Segundo perfil disponível no site da Fundação Getúlio Vargas, Paulo Picchetti tem mestrado em economia pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorado pela Universidade de Illinois (EUA).

É professor na Escola de Economia da FGV, com experiência em temas como métodos quantitativos, greves, teoria dos jogos e econometria.

Se confirmado pelo Senado, Picchetti vai substituir a atual diretora de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos, Fernanda Guardado.

"É uma pessoa que trabalhou na Fipe, trabalhou no Ibre, é responsável há muitos e muitos anos pelos principais indicadores de inflação do país. Uma pessoa que tem um repertório acadêmico considerável e um conhecimento da área a toda prova", descreveu o ministro.

Rodrigo Teixeira é funcionário de carreira do Banco Central, com mestrado e doutorado pela Universidade de São Paulo, segundo descrito por Haddad no anúncio.

"Foi meu subsecretário de Gestão quando eu era prefeito de São Paulo. [...] É uma pessoa que me ajudou muito na prefeitura de São Paulo, com reestruturação de carreiras. Vai poder, junto ao Banco Central, fazer uma mediação necessária com o governo federal neste momento. Tem o respeito dos colegas, dos demais diretores", disse Haddad.

Se aprovado, Teixeira substituirá Maurício Costa de Moura na Diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do Banco Central.

O que fazem os diretores?

A principal atribuição dos diretores do Banco Central é zelar pelo controle da inflação. No Brasil, vigora o sistema de metas, nas quais o BC tem de mirar. A taxa básica de juros da economia, a Selic é o principal instrumento utilizado pela instituição.

Quando a inflação está alta, o BC eleva a Selic. Quando as estimativas para a inflação estão em linha com as metas, o Banco Central pode reduzir o juro básico da economia. Após duas quedas seguidas, a taxa Selic está atualmente em 12,75% ao ano.

- ❑ Os diretores do BC participam da definição dos juros básicos da economia durante as reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), que acontece a cada 45 dias.
- ❑ O próximo encontro está marcado para esta terça e quarta-feira (31 de outubro e 1 de novembro). A previsão do mercado é de um novo corte na taxa, para 12,25% ao ano nesta semana.

Críticas de Lula

No decorrer deste ano, o presidente Lula fez reiteradas críticas ao patamar da taxa básica de juros da economia, que só começaram a se atenuar após o BC ter dado início ao atual ciclo de corte da Selic, em agosto. A avaliação de Lula é de que juros altos freiam o crescimento da economia e a geração de emprego e renda.

O atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, foi indicado para o cargo pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e confirmado pelo Senado. Com a aprovação da autonomia do Banco Central, ele tem mandato até o fim de 2024.

No fim de setembro, o presidente Lula recebeu Campos Neto para uma conversa. Foi a primeira reunião entre os dois desde que Lula tomou posse, em janeiro. A pauta do encontro não foi divulgada. Segundo o ministro Haddad, a reunião buscou "construir uma relação" entre os dois.

Governo Lula envia ao Congresso projeto para revisar novo ensino médio



O governo Lula (PT) encaminhou ao Congresso Nacional nesta terça-feira (24) o **projeto de lei que busca revisar a estrutura do novo ensino médio**, alvo de críticas de estudantes, educadores e especialistas.

O texto prevê aumento da carga horária para disciplinas tradicionais, como português e matemática, a manutenção de quatro áreas de aprofundamento (mas com a combinação de diferentes áreas em cada uma deles), além do ensino técnico. Há ainda a inclusão da língua espanhola como obrigatória no ensino médio —a implementação desse ponto é vista com desconfiança por secretários de educação.

O projeto prevê que as alterações na etapa passem a valer a partir de 2025. Mas isso depende da tramitação no Congresso. O governo teme que parlamentares façam alterações muito profundas no texto.

O teor geral do projeto atendeu propostas das secretarias e outras entidades, depois de um processo turbulento de disputas que se arrastou ao longo deste ano. Pressionado por manifestações, o governo havia criado uma consulta pública (cujos resultados integrais não foram divulgados) e suspendido, em abril, o cronograma de implementação do novo ensino médio — gestos para reduzir o desgaste do governo no tema.

Antes do envio, um encontro no Palácio do Planalto foi realizado nesta terça para reafirmar esse consenso. O texto deve agora passar na Câmara e no Senado.

O presidente Lula recebeu o ministro da Educação, Camilo Santana, e representantes de entidades do setor da educação. Entre os presentes estavam os presidentes do Consed (que agrupa os secretários estaduais de educação), Vitor de Angelo, do CNE (Conselho Nacional de Educação), Luiz Roberto Liza Curi, e da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), Heloê Araújo.

"Recebi o projeto de reestruturação da Política Nacional do Ensino Médio, proposto pelo ministro da Educação", publicou Lula no X, antigo Twitter. "A iniciativa é fruto do diálogo com setores da educação e da sociedade civil e tem o objetivo de resolver problemas identificados por profissionais da área e por estudantes."

O presidente do Consed disse que o texto é fruto do diálogo, em que divergências foram resolvidas na negociação. Ele afirma que a principal preocupação agora é com a relatoria do projeto no Congresso, para que o texto não seja descaracterizado — o que representaria, para ele, uma desconsideração do diálogo ao longo desses meses.

"É importante que, sem tirar a liberdade do Congresso em exercer seu papel, ele acolha esse PL [projeto de lei] não como um projeto do governo federal, mas como um projeto encaminhado pelo governo federal sintetizando uma consulta pública que envolveu diversos movimentos e instituições", disse Vitor de Angelo.

Mais de 80% das matrículas de ensino médio do país estão vinculadas às redes estaduais de ensino.

No novo ensino médio, criado em 2017 no governo Michel Temer (MDB), os estudantes fazem um pacote de disciplinas comuns a todos e outro composto por itinerários, que devem ser escolhidos por estudantes. **As falhas na implementação desses itinerários foram as causas da maiores críticas, com a oferta de disciplinas sem conexão com o currículo, falta de opções e redução dos conteúdos tradicionais.**

Agora, **o projeto do governo Lula aumenta a carga horária mínima da parte comum, de disciplinas tradicionais, para 2.400 horas (ao longo dos três anos do ensino médio).** Isso significa uma ampliação dos 60% atuais para 80% das aulas, quando considerada uma carga horária de 3.000 horas ao longo dos três anos (cinco horas por dia).

Quando houve a reforma do ensino médio, o pano de fundo era de que havia muitas disciplinas e pouco aprofundamento, o que resultaria em uma etapa desinteressante para o jovem. Mas a implementação, no entanto, resultou em redução de conteúdos essenciais e causou revolta entre estudantes.

O novo texto retoma a obrigatoriedade de todas as áreas: língua portuguesa e suas literaturas; línguas estrangeiras, com obrigatoriedade da língua inglesa e da língua espanhola; arte, educação física, matemática, história, geografia, sociologia, filosofia, física, química e biologia.

Os itinerários passam a se chamar percursos formativos e serão organizados da seguinte forma:

- Linguagens, Matemática e Ciências da Natureza;
- Linguagens, Matemática e Ciências Humanas e Sociais;
- Linguagens, Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza;
- Matemática, Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza

Dessa forma, eles articulam ao menos três áreas do conhecimento em cada percurso. A esses percursos acrescenta-se a possibilidade de oferta de ensino técnico profissional.

A organização com quatro linhas de aprofundamento em vez de duas, como queria o MEC, **foi uma demanda dos secretários**.

As escolas só serão obrigadas a oferecer duas dessas áreas. No modelo atual, são também quatro itinerários (línguagens, matemática, ciências humanas e ciências da natureza), mas houve uma dispersão de inúmeras ofertas de itinerários a partir dessas áreas, o que causou reclamações de estudantes.

O novo texto busca colocar limitações nessas ofertas. O conteúdo dos percursos deve contar com uma diretriz a ser ainda definida.

O projeto abre uma excepcionalidade da carga horária da parte comum para o caso de oferta de ensino técnicos. Neste caso, essa parte pode ficar em 2.100 horas. Esse ponto também atendeu a demanda dos secretários, para viabilizar a carga horária de cursos técnicos.

O PL ainda veta a educação a distância no ensino médio, o que era permitido no formato aprovado em 2017. Nesse caso, o MEC não atendeu ao desejo dos secretários, que queriam manter essa abertura.

Senado aprova Lei de Cotas em universidades até 2033 e inclui quilombolas



O plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (24) **o projeto de lei que reformula o sistema de cotas no ensino federal e prorroga a política até 2033**. O texto segue para a Presidência da República para análise de sanção.

A Lei de Cotas, de 2012, previa a revisão do sistema em 2022, uma década após a sanção, mas a política só foi aprovada pela Câmara dos Deputados em agosto deste ano.

Além da avaliação daqui a dez anos, o texto aprovado nesta terça estabelece o acompanhamento anual da política pública —o que, na visão do relator, senador Paulo Paim (PT-RS), abre margem para o fim do sistema antes de 2033.

"Não é medida perpétua. Não é atividade-fim. A política de cotas é transitória. Eu sou daqueles que sonha um dia aqui voltar e poder dizer: não precisamos mais da política de cotas", defendeu Paim, que também foi relator da lei de 2012.

Entre as mudanças aprovadas pelo Congresso está a inclusão expressa de **quilombolas** entre os beneficiados na reserva de vagas em instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio.

Atualmente, **metade das vagas é reservada para alunos que frequentaram a rede pública de ensino durante todo o Ensino Médio**. Também são contemplados estudantes de baixa renda, negros, indígenas e pessoas com deficiência.

O projeto de lei reduziu o rendimento familiar mensal máximo para estudantes que cursaram todo o Ensino Médio em escolas públicas (e tentam as vagas destinadas a pessoas de baixa renda).

Metade das vagas será reservada a candidatos que comprovem renda familiar de até um salário mínimo (R\$ 1.320) por pessoa. Hoje, esse limite é de um salário mínimo e meio (R\$ 1.980).

"O projeto reduz esse limite para 1 salário-mínimo. Com isso, assegura mais vagas para pessoas mais pobres, o que se coaduna com os objetivos constitucionais de redução da pobreza e da desigualdade", escreveu o relator no parecer.

Em outro ponto, o texto estabelece que **os candidatos concorrerão às vagas reservadas para cotas apenas se não alcançarem, inicialmente, as notas para ampla concorrência. O objetivo, na prática, é alavancar o percentual de beneficiados, deixando claro que o piso de cotistas não pode se transformar em teto.**

Em agosto do ano passado, quando a Lei de Cotas completou dez anos, relatório do Conselho de Monitoramento e Avaliações de Políticas Públicas mostrou uma série de evidências de que a política provocou maior inclusão nas universidades, sem impactos negativos no desempenho dos alunos.

Em outras palavras, a chegada de mais jovens negros e pobres aos cursos superiores públicos —em proporção mais próxima ao retrato da sociedade— não prejudicou a qualidade das universidades.

O percentual de ingressantes de baixa renda (com renda per capita até 1,5 salário mínimo) nas instituições públicas de educação superior passou de 50%, em 2011, para 70% em 2019, aproximando-se da proporção observada na população.

Para os estudantes pretos, pardos e indígenas em universidades federais, a fatia entre os ingressantes foi de 42% para 51% (variação superior ao aumento dessa população).

Também nas federais, os alunos de escolas públicas passaram de 50,4%, entre os ingressantes em 2011, para 64,8% em 2019, segundo o relatório produzido pelo governo.

Veja quais as mudanças na lei de cotas:

- No mecanismo de ingresso, primeiro serão observadas as notas pela ampla concorrência e, posteriormente, as reservas de vagas para cotas;
- Avaliação a cada 10 anos, com ciclos anuais de monitoramento;
- Atualização da nomenclatura e inclusão de ministérios responsáveis pelo acompanhamento da política;
- Estabelecimento de prioridade para os cotistas no recebimento de auxílio estudantil;
- Redução da renda familiar per capita para 1 salário mínimo na reserva de vagas de 50% das cotas;

- Ampliação das políticas afirmativas para a pós graduação;
- Inclusão dos quilombolas nas cotas das instituições federais de ensino;
- Institui que as vagas reservadas para subcotas não usadas serão repassadas, primeiramente para outras subcotas e, depois, aos estudantes de escolas públicas;
- Permite o uso de outras pesquisas do IBGE, além do Censo, para o cálculo da proporção de cotistas nas unidades da federação.

Nova lei sobre terras indígenas é sancionada com veto ao marco temporal



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou com vetos a Lei 14.701/23, que trata do reconhecimento, da demarcação, do uso e da gestão de terras indígenas. Uma edição extra do Diário Oficial da União veiculou o texto na sexta-feira (21).

Pela norma sancionada **serão terras indígenas:**

- as áreas tradicionalmente ocupadas nos termos da Constituição Federal;
- as áreas reservadas, consideradas as destinadas pela União por outras formas; e
- as áreas adquiridas, por meio de operações de compra e venda ou de doação.

Nas redes sociais, o presidente disse que os vetos foram necessários em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou inconstitucional a tese do marco temporal das terras indígenas.

A tese do marco temporal estabelecia que a demarcação dos territórios indígenas deveria respeitar apenas a área ocupada pelos povos originários até a data da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988.

"Vetei vários artigos, de acordo com a decisão do Supremo. Vamos dialogar e seguir trabalhando para que tenhamos, como temos hoje, segurança jurídica e também para termos respeito aos direitos dos povos originários", disse Lula.

Novas definições

A Lei 14.701/23 é oriunda de uma iniciativa da Câmara dos Deputados (Projeto de Lei 490/07) aprovada em maio último com várias alterações. No Senado, a proposta, com nova numeração (PL 2903/23), foi aprovada em setembro.

O texto aprovado pelo Congresso Nacional se apoiava na tese do marco temporal. Além disso, entre outros pontos, permitia a exploração econômica das terras indígenas, inclusive em cooperação ou com contratação de não indígenas.

Esses dois tópicos foram vetados, pois a decisão do presidente Lula eliminou da nova lei cerca de um terço da versão do Congresso, informou a Advocacia-Geral da União (AGU). Apenas 9 dos 33 artigos foram mantidos na íntegra.

Todos os vetos presidenciais ainda serão analisados pelo Congresso, em data a definir. Para que um voto seja derrubado, é preciso ao menos a maioria absoluta dos votos de deputados (257) e senadores (41),

Ailton Krenak é 1º indígena eleito para a Academia Brasileira de Letras



Ailton Krenak foi eleito para a cadeira 5 da Academia Brasileira de Letras (ABL) nesta quinta-feira (5). O filósofo, professor, escritor, poeta, ambientalista e líder ativista da causa dos povos originários é o primeiro indígena a se juntar à instituição.

Membro da Academia Mineira de Letras desde março, **ele entra para a vaga deixada por José Murilo de Carvalho**, que morreu em agosto. Krenak recebeu 23 votos. Mary Lucy Murray Del Priore teve 12, e Daniel Munduruku, 4.

"O Krenak é um poeta. É uma visão de mundo muito apropriada para este momento em que o mundo está preocupado com o meio ambiente, com a mudança climática, que os povos originários lutam pelos seus direitos", diz o presidente da ABL, Merval Pereira.

"Tudo isso está embutido na vitória do Ailton Krenak aqui na Academia, e estamos muito contentes com isso."

Nascido em 1953 em Itabirinha (MG), Krenak fundou a organização não governamental Núcleo de Cultura Indígena, que visa promover a cultura indígena, em 1985.

Na Assembleia Constituinte de 1987, da qual o grupo participou por causa de uma emenda popular, assumiu ativo papel na defesa dos direitos de seu povo.

Autor de diversos livros como "Ideias para adiar o fim do mundo", "A vida não é útil" e "O Amanhã não está à venda", teve obras traduzidas para mais de treze países. Atualmente vive na Reserva Indígena Krenak, em Resplendor (MG).

"O Krenak é realmente um indígena que trabalha a cultura indígena, a valorização da oralidade e da tradição de passar as mensagens e os pensamentos", afirma Pereira.

"Ele tem um livro, 'Futuro Ancestral', na qual fala que reservar os rios é uma atitude de preservar o futuro. Os rios já estavam aqui antes da gente chegar, então, é por isso que essa visão da natureza, do homem junto da natureza, que estamos reforçando através de um grande escritor e de um grande intelectual indígena."

Entenda as causas da seca extrema na Amazônia







Morte de botos, isolamento de comunidades, falta de água, dificuldades com transporte, queimadas descontroladas, interrupção na produção de energia e problemas de saúde. As consequências da seca extrema que atinge a Amazônia nas últimas semanas, especialmente o estado do Amazonas, são diversas —assim como os fatores que provocam esse fenômeno climático.

Regiões do estado registraram neste ano os menores **índices de chuva no período de julho a setembro dos últimos 40 anos**, segundo dados do Cemaden (Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

É possível apontar três principais agentes causadores desta crise hídrica: o El Niño, as altas temperaturas do Atlântico Norte e o aquecimento global causado pelas emissões de gases de efeito estufa. Além disso, a degradação da Amazônia também afeta a geração de umidade na floresta.

O El Niño é um fenômeno natural da climatologia, caracterizado por um aquecimento acima da média nas águas do Pacífico na região da linha do Equador. Ele afeta todo o mundo, com alterações na direção dos ventos e na distribuição das chuvas e do calor.

O El Niño, cujos efeitos, nesta temporada, foram notados no planeta em junho deste ano, muda a circulação dos ventos alísios, que vão de leste a oeste, levando umidade e águas mais quentes da costa das Américas para Ásia e Oceania. Também é associado a recordes globais de temperatura.

No Brasil, causa aumento da precipitação no Sul e seca na região Norte. "Em termos gerais, há o transporte de umidade pelos ventos, sobretudo na região sul da América do Sul. Com mais vapor de água na atmosfera, há mais chuvas na região sul do Brasil e, consequentemente, menos chuvas no norte do país", diz Regina Alvalá, diretora substituta do Cemaden.

Neste ano, na região amazônica, a estação de estiagem está sendo mais seca e mais longa do que o normal. É isso que faz, por exemplo, com que os rios atinjam a níveis tão baixos, já que a demora da chegada da chuva impede que eles se recuperem no ritmo normal —e, assim, continuam secando quando já deveriam estar enchendo.

Isso se soma a outro aspecto, que também tem a ver com o oceano. O Atlântico está muito mais quente acima do que abaixo da linha do Equador. Como a água mais quente evapora em maior volume, o aquecimento ao norte provoca mais chuvas neste hemisfério, fazendo com que haja menos precipitação no sul.

"A água do planeta está em equilíbrio", explica Marcelo Seluchi, coordenador-geral de Operações e Modelagem do Cemaden. "A [quantia de] umidade é sempre a mesma no planeta, só que ela se distribui. Então, quando sobra umidade em um ponto, significa que falta em outro."

Cerca de 97% da água do planeta está nos oceanos, segundo a Administração Oceânica e Atmosférica Nacional dos Estados Unidos (Noaa, na sigla em inglês). A pequena fração que sobra está distribuída nas geleiras, no solo e na atmosfera.

Paulo Artaxo, professor do Instituto de Física da USP e membro do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), vinculado à ONU (Organização das Nações Unidas), ressalta que **as mudanças climáticas também impactam a seca do Amazonas.**

"O aumento da temperatura global também aumenta a temperatura no Pacífico e a intensidade do El Niño", afirma. **"Temos um El Niño particularmente forte, intensificado pelas mudanças climáticas, somado ao aquecimento global e aos eventos climáticos extremos."**

Artaxo explica que é possível dizer que esta seca extrema é também um produto das mudanças climáticas mesmo sem estudos específicos sobre o caso atual do Amazonas, porque ela coincide exatamente com o que era previsto para a região diante de um planeta que já está 1,2°C mais quente.

"Nos três últimos relatórios do IPCC, o conjunto dos modelos climáticos mostra que o futuro da Amazônia vai ser de um aumento de temperatura muito significativo e uma redução da precipitação também significativa —independentemente de El Niño e de eventos climáticos extremos. Mas esses fatores não são completamente independentes um do outro", diz.

"Sabemos disso há mais ou menos uma década, só que agora está acontecendo. Agora estamos observando o que os modelos climáticos previam há 10 anos —e isso vai ter um impacto socioeconômico enorme para o Brasil", frisa.

Soma-se a isso tudo o impacto do avanço do desmatamento e da degradação florestal na Amazônia. **Como a floresta amazônica gera aproximadamente metade de suas próprias chuvas pela evapotranspiração das árvores, a diminuição da cobertura florestal e a piora na saúde da mata resultam em menos chuvas.**

"A evaporação da vegetação é um insumo muito importante para a chuva, porque para chover é preciso umidade", afirma Seluchi. "Então se estabelece um círculo vicioso: a vegetação está degradada porque não chove, e essa vegetação degradada não evapora e, portanto, dificulta a chuva. Não chove porque está seco, e está seco porque não chove."

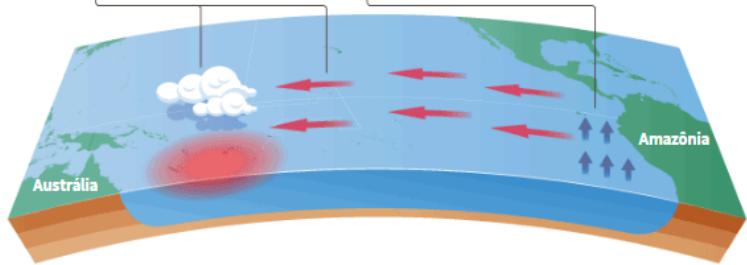
Em novembro e dezembro começa a estação chuvosa no Norte, mas uma análise do Cemaden indica que a crise pode se intensificar nos próximos meses, quando o El Niño deve atingir sua intensidade máxima.

A previsão do órgão é de que o último trimestre de 2023 (que caminha para ser o ano mais quente da história) tenha precipitação abaixo da média na maior parte do Brasil, sendo que o quadro mais agudo deve acontecer no Norte e no Nordeste.

A exceção é a região Sul, que deve ter mais chuva do que o normal no período.

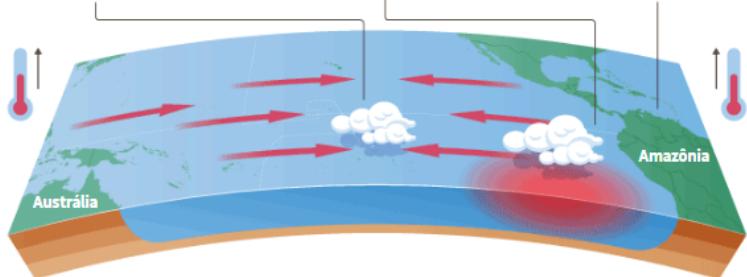
Condições normais

1. Ventos alísios do leste para oeste no oceano Pacífico levam umidade e águas mais quentes à costa de Ásia e Oceania, que também geram chuvas
2. A temperatura do oceano Pacífico na costa sul americana cai, causando a ressurgência, fenômeno importante para a renovação de nutrientes e manutenção da fauna



El Niño

1. O aumento das temperaturas no Pacífico pode causar o enfraquecimento ou até a reversão dos ventos, alterando o local de chuvas e a temperatura do oceano, com efeitos no mundo todo
2. A chuva e as águas quentes se concentram na parte oeste das Américas, evitando a ressurgência
3. Há um aumento generalizado de temperatura no Brasil. As regiões Norte e Nordeste ficam mais secas e quentes, e o Sul tem mais chuva. Os eventos podem ser agudos nessa região (secas e chuvas torrenciais)



Governo do RS confirma 51ª morte em decorrência das enchentes no Vale do Taquari



O governo do Rio Grande do Sul confirmou, nesta quinta-feira (5), a **51^a morte em decorrência da chuva e das enchentes que atingiram o Estado no começo de setembro.** A vítima é uma mulher, cujo corpo foi localizado no município de Bom Retiro do Sul, no Vale do Taquari, no último dia 28.

O nome da mulher não foi divulgado, mas, conforme o governo, ela constava como desaparecida em Lajeado. A Polícia Civil retirou o nome da listagem — agora, são sete pessoas que seguem desaparecidas.

Enchentes no RS

A inundação que levou de arrasto casas inteiras e deixou mais de 50 mortos no Vale do Taquari e na Serra, um mês atrás, começou a se desenhar no horizonte de municípios gaúchos como Muçum, Roca Sales e Encantado ainda três dias antes de a enchente invadir as primeiras ruas e avenidas.

A cronologia do desastre mostra que na noite de 1º de setembro, 72 horas antes de o rio engolir uma cidade atrás da outra, pancadas de chuva passaram a cair em regiões de cabeceira e a confirmar previsões divulgadas no mesmo dia de que a precipitação seria intensa. As condições que fariam a água derrubar paredes de concreto como se fossem peças de dominó foram se agravando ao longo dos dias seguintes, primeiro de forma lenta, depois vertiginosa, até a enxurrada ganhar dimensão jamais vista entre os dias 4 e 5.

40% das capitais brasileiras tiveram inverno mais quente da história



O inverno deste ano teve a temperatura média mais alta já registrada em 10 das 25 capitais brasileiras em que é possível calcular o clima a partir de estações do Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia).

Em 2023, essas cidades apresentaram temperaturas de 0,5°C a 3,4°C maiores do que na primeira década do século, mostra análise da Folha. O aumento de 3°C para uma temperatura média, não máxima, é muito preocupante para um período tão curto, de acordo com autoridades climáticas.

Embora nem todas as cidades tenham registrado recorde de calor neste inverno, absolutamente todas as capitais analisadas esquentaram na comparação com a média da década de 2001 a 2010.

Cuiabá (Mato Grosso) é a capital em que a temperatura média do inverno mais subiu na relação com a primeira década dos anos 2000, chegando a 28,8°C, 3,4°C acima da média vista naquele período.

A capital com a média mais alta, entretanto, é Manaus, no Amazonas, com 30,1°C, 1,9°C acima do registrado na década de 2000.

Além de Cuiabá e Manaus, bateram recorde de temperatura média no inverno Boa Vista (com alta de 1,9°C no mesmo comparativo), São Paulo (alta de 1,5°C), Rio de Janeiro (1,3°C), Rio Branco (1,1°C), Macapá (0,8°C), Belém (0,7°C), João Pessoa (0,7°C) e Maceió (0,3°C).

Considerando a média das temperaturas máximas no inverno, seis capitais bateram recorde: Boa Vista (36,5°C), Cuiabá (36,3°C), Manaus (34,9°C), Rio Branco (34,2°C), João Pessoa (29,7°C) e São Paulo (25,8°C).

O levantamento foi elaborado com dados coletados pelas estações meteorológicas mais antigas do Inmet em cada capital. Parte dos municípios tem estações em funcionamento desde 1961, caso de São Paulo e de outras dez cidades.

Para cada estação, a reportagem calculou a temperatura média de cada dia e, depois, a média dessas diárias em todo o inverno. Optou-se pela análise decadal, de 2023 com a primeira década dos anos 2000, para monitorar a evolução climatológica de maneira mais ampla, como sugerem meteorologistas.

Recife (PE) e Porto Velho (RO) foram desconsideradas da análise porque as estações locais não registraram dados para o último inverno ou coletaram apenas em poucos dias.

O aquecimento do inverno brasileiro não é um fenômeno restrito a 2023 ou aos últimos anos. Para especialistas, trata-se de apenas mais um ano na reta crescente do aquecimento global.

Embora este inverno não tenha sido de recorde de calor na maioria das capitais, ele fica entre os três mais quentes da série histórica para 18 dessas cidades (72% das capitais analisadas).

A temperatura média aumentou nas 25 capitais na comparação com a década de 2000, o que indica um aquecimento gradual e constante dessa estação no país.

"Não é uma particularidade do Brasil, um malefício só nosso", diz a meteorologista Danielle Barros Ferreira, do Inmet. "A combinação entre El Niño [aquecimento do Pacífico] e o aquecimento global das últimas décadas nos leva a novos recordes de mudanças no padrão do clima. Eles serão cada vez mais frequentes em qualquer parte do planeta", afirma.

Em um cenário de clima estabilizado, não há aumento de temperaturas médias –não é o caso do planeta, que apresenta sequência de alta há algumas décadas. "Globalmente, as quatro últimas décadas foram sucessivamente mais quentes do que as anteriores, e o Brasil está, claro, inserido nesse contexto", diz a matemática Thelma Krug, ex-vice-presidente do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima da ONU).

"É possível que a década de 2021 a 2030 supere a anterior. Em algumas áreas, o aumento já supera 3°C [caso de Cuiabá]."

Um diferencial a ser apontado para 2023, segundo a especialista do Inmet, é que o período de neutralidade entre os fenômenos La Niña (resfriamento do Pacífico) e El Niño foi considerado muito curto, de fevereiro a abril. O impacto do El Niño começou a ser percebido antes do previsto, já em maio, o que adiantou o calor em algumas regiões.

Historicamente, as cidades das regiões Centro-Oeste e Norte são as que mais aquecem no inverno devido à maior radiação solar, que inibe a formação de nuvens e eleva a temperatura, o que explica o forte aumento das médias em Cuiabá e Manaus.

O impacto do El Niño difere em cada região do país: intensifica a chuva no Sul e a seca no Norte e no Nordeste –Manaus decretou emergência pela seca do rio Negro, enquanto Porto Alegre registrou o maior transbordamento do lago Guaíba desde 1941.

O outono e o verão deste ano (iniciado em 2022) não apresentaram a mesma tendência de aquecimento que o inverno, de acordo com análise da Folha a partir dados do Inmet. A expectativa, porém, é que o próximo verão registre recordes de calor em diversos pontos do país.

Quinze capitais tiveram temperaturas médias ligeiramente menores no verão. As maiores diferenças foram registradas em São Luís (MA) e Manaus (AM), com quedas respectivas de 1°C e 1,08°C.

Como essas capitais estão próximas da linha do Equador, não são representativas para todo o país. A meteorologista do Inmet aponta que os últimos anos tiveram estações mais amenas no primeiro semestre em função do La Niña.

METODOLOGIA

Para cada capital, a reportagem selecionou a estação mais antiga do Inmet que ainda estava em funcionamento. Para cada estação, calculou a temperatura média.

Foram removidas estações meteorológicas com mais que 15% de dados ausentes. Algumas ficam em cidades vizinhas, caso de Florianópolis (São José) e de Rio Branco (Bujari).

Alguns municípios têm uma estação convencional e uma automática no mesmo local, onde a convencional parou de funcionar. Nesses casos, os dados foram agrupados. Nos dias em que havia medida das duas estações, optou-se pelos dados da estação automática.

O que se sabe sobre os ataques a ônibus no Rio de Janeiro



O Rio de Janeiro viveu nesta segunda-feira (23/10) a maior onda de ataques a ônibus da história da cidade. **Ao menos 35 ônibus e um trem foram incendiados por criminosos ligados à maior milícia do município.**

Entre os ônibus incendiados, 20 são do transporte municipal comum, 5 do sistema de transporte rápido BRT e o demais de fretamento.

Os ataques começaram após o miliciano Matheus da Silva Rezende, de 24 anos, ter sido morto pela Polícia Civil durante uma operação na comunidade Três Pontes. Conhecido como Faustão ou Teteu, Rezende era sobrinho de Luiz Antônio da Silva Braga, o Zinho, chefe da milícia que domina a Zona Oeste do Rio, o Bonde do Zinho.

De acordo com a polícia, Rezende seria o número dois na hierarquia do Bonde do Zinho e suspeito de ter cometido ao menos 20 assassinatos, entre eles o do ex-vereador Jerônimo Guimarães, um dos fundadores da milícia conhecida como Liga da Justiça, em agosto de 2022.

Os ataques

A série de ataques incendiários a ônibus começou de tarde e fechou vias nos bairros Campo Grande, Santa Cruz, Paciência, Guaratiba, Sepetiba, Cosmos, Recreio, Inhoaíba, Barra, Tanque e Campinho, na Zona Oeste. Mais de 1 milhão de pessoas vivem nas regiões atingidas.

Os ônibus foram interceptados por homens armados e depois incendiados. Imagens dos ataques mostram passageiros deixando os veículos às pressas.

Um trem que saía de Santa Cruz em direção à Central do Brasil foi incendiado por volta das 18h próximo à estação Tancredo Neves.

A Avenida Brasil, principal rodovia do Rio, chegou a ficar fechada, com um ônibus atravessado na via.

A ação causou um caos no sistema de transporte. Cerca de 200 bombeiros de 15 quartéis participaram no combate às chamas. O prejuízo é estimado em mais de R\$ 37 milhões.

Às 18h40, a cidade entrou em estágio de atenção – o terceiro nível em uma escala de cinco e significa que ocorrências estão afetando o município e a rotina da população. A situação se normalizou no fim da noite, com todas as vias atingidas liberadas.

Prisão de suspeitos

A Polícia Militar prendeu 12 suspeitos de envolvimento nos ataques e apreendeu diversas armas. Nesta terça-feira, seis deles foram soltos por falta de provas, segundo o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro. Ele acrescentou que os liberados continuam sendo monitorados.

Na segunda-feira, Castro afirmou que os detidos irão responder por terrorismo. "Eles estão presos por ações terroristas, e por isso estarão sendo diretamente encaminhados para presídios federais. Porque lá é o local de terrorista", disse.

Castro ressaltou ainda quer colocou todos os contingentes das forças de segurança nas ruas e que espera prender Zinho nas próximas horas. Segundo o governador, a operação que resultou na morte de Faustão faz parte de uma estratégia voltada a prender os três principais criminosos do estado: Zinho, o miliciano Danilo Dias Lima, conhecido como Tandera, e Wilton Quintanilha, conhecido com Abelha, um dos chefes do Comando Vermelho, a maior facção do tráfico do Rio de Janeiro.

"No meio da operação, houve uma resistência e depois veio a óbito o Matheus Rezende, conhecido como Faustão ou Teteu. Ele era responsável pela guerra e também pela união com o tráfico, com as narcomilícias. Alguns dizem que ele era preparado para ser o sucessor do miliciano Zinho", acrescentou.

Saiba tudo sobre o furto das armas no Arsenal de Guerra do Exército



Desde o último dia 10, o Exército Brasileiro está mobilizado após notar que **21 armas tinham desaparecido do Arsenal de Guerra em Barueri, na região metropolitana de São Paulo**. Até agora, oito delas foram encontradas no Rio de Janeiro.

Os militares tiveram de ser aquartelados durante alguns dias para facilitar a investigação, que se aproxima do final. Confira abaixo o que se sabe sobre o episódio.

Quais são as armas que desapareceram?

Os armamentos que sumiram do Arsenal de Guerra de São Paulo, em Barueri (SP), são 13 metralhadoras de calibre .50 (antiaéreas) e oito fuzis de calibre 7,62. O Exército afirma que as armas furtadas estavam "inservíveis" e se encontravam no depósito de Barueri para passar por manutenção.

Qual o poder de fogo do armamento?

Em pleno funcionamento, as metralhadoras .50 são capazes de derrubar helicópteros e até furar a blindagem de tanques. Elas atiram até 550 projéteis por minutos e têm alcance de dois quilômetros.

Já os fuzis são visados para roubos a carro-forte, em ações diretas de combate terrestre. Possui um carregador com 20 cartuchos e pode ser disparado com tiro único ou como uma rajada de metralhadora.

Quando o sumiço das armas foi descoberto?

O sumiço das 21 armas foi notado por militares do Arsenal de Guerra no último dia 10, quando era realizada uma inspeção. Esse tipo de controle não é feito periodicamente na unidade militar e, segundo relatos à Folha, só é realizado quando alguém precisa destrancar o armário em que as armas ficam guardadas para pegar parte do armamento.

Após abrir a reserva, o militar é obrigado a contar quantas armas permanecem guardadas, trancadas em cabides, e anotar os números em um arquivo interno da Força. Quando o militar que fazia a contagem percebeu o sumiço das metralhadoras, informou ao superior hierárquico e então foi aberto o inquérito.

Por que os militares foram aquartelados?

A primeira decisão do Exército foi manter aquartelados os soldados e oficiais que integram o Arsenal de Guerra para, segundo o Comando Militar do Sudeste, "poder contribuir para as ações necessárias no curso da investigação", enquanto depoimentos são colhidos.

Inicialmente, cerca de 480 militares estavam aquartelados no local, mas, na noite de terça-feira (17), o Exército anunciou que a situação havia mudado "do estado de prontidão para sobreaviso, o que significa uma redução do efetivo da tropa aquartelada". Assim, 320 foram liberados para voltar para casa ao final do dia.

O que é aquartelamento?

Aquartelamento é o procedimento que mantém militares dentro do quartel e costuma ser acionado em situações em que a tropa precisa ser mobilizada rapidamente para a ação. No caso do sumiço de 21 armas do Arsenal de Guerra, o aquartelamento serviu tanto para manter suspeitos no local quanto para agilizar uma eventual operação de busca das armas.

Por medida de segurança, ninguém pode entrar ou sair da base durante as investigações, e todos os militares, incluindo oficiais, soldados e praças, tiveram os celulares recolhidos. O único contato com o exterior ocorre durante visitas de familiares, permitidas entre as 9h e as 21h.

Quais eram as hipóteses para o sumiço das armas?

Segundo o Ministério Público Militar, a princípio o Exército investigava três possibilidades para o sumiço: se as armas foram furtadas, se foram desviadas ou, ainda, se houve erro em alguma conferência anterior que resultou em discrepância na contagem do armamento. A Folha mostrou que a tese de contagem errada foi descartada logo no início, permanecendo as outras duas.

Como a polícia civil do Rio de Janeiro ajudou na investigação?

A investigação do Exército se concentrou na hipótese de furto após a Polícia Civil do Rio de Janeiro enviar um vídeo que circulava nas redes sociais com imagens de quatro metralhadoras de grosso calibre sendo oferecidas ao Comando Vermelho.

As armas são de modelo semelhante às furtadas no Arsenal de Guerra e, internamente, oficiais que atuam na investigação reconheceram a possibilidade de serem as metralhadoras levadas do quartel. Como o vídeo foi gravado logo após o feriado de 7 de Setembro, o Exército decidiu se concentrar nas suspeitas de que as armas teriam sido furtadas no Dia da Independência, quando o quartel estava esvaziado.

Nesta quinta (19), a Polícia Civil do Rio apreendeu 8 das 21 armas na Gardênia Azul, na zona oeste da capital fluminense, a mesma comunidade da quadrilha suspeita de matar três médicos.

Quais são os suspeitos identificados pelo exército?

O Exército identificou três militares suspeitos de participar do furto e investiga se o trio foi cooptado por facções criminosas para o extravio do armamento. Militares que trabalhavam como plantonistas no feriado de 7 de Setembro estão entre os suspeitos.

O Exército também pretende punir internamente os responsáveis pelo controle do armamento, que só identificaram o furto mais de um mês após o crime. Os principais suspeitos foram notificados no inquérito policial militar aberto para investigar o crime, para apresentar suas defesas. Em nota, o Comando Militar do Sudeste afirmou que o inquérito está sob sigilo e não confirma a identificação de suspeitos.

Quem está envolvido na investigação?

A investigação é conduzida pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro e conta com o apoio do Comando Militar do Sudeste. Militares do Rio de Janeiro e do Distrito Federal também estiveram no Arsenal de Guerra como parte da apuração. O Inquérito Policial Militar tem prazo de 40 dias e é conduzido sob sigilo.

Em nota, a SSP (Secretaria da Segurança Pública) disse que, em razão do "evidente risco de desdobramentos para a segurança da população", as polícias Civil e Militar trabalham para auxiliar na localização do armamento desaparecido, ainda que o Exército não tenha registrado boletim de ocorrência sobre o caso.

Já o Ministério Público Militar foi comunicado do sumiço das armas e solicitou informações sobre a investigação ao Exército. Os procuradores militares, porém, só desceram a participação no caso do inquérito conduzido pela Força.

Este é o primeiro furto de armas do exército?

Não. Já houve outros casos. Mas, segundo levantamento do Instituto Sou da Paz, o furto atual é o maior desde o ocorrido em 2009 em um batalhão do Exército em Caçapava (a 100 km de São Paulo). Em março daquele ano, o batalhão foi atacado por homens armados. Dois soldados foram rendidos pelos criminosos, que levaram sete fuzis.

Em outubro de 2019, bandidos fizeram um buraco no muro dos fundos do Museu do Parque Osório, em Tramandaí (RS), cidade a 118 km da capital Porto Alegre, e levaram dois fuzis 7,62, duas submetralhadoras .45, duas metralhadoras .45, um revólver .32 importado e um revólver calibre 44 importado, além de munição antiga de vários calibres. Uma semana depois, o armamento foi encontrado em uma jazida de areia desativada no Balneário Santa Terezinha, em Imbé (RS).

Jovem morre e outros três ficam feridos após serem esfaqueados na saída de colégio em MG



Um adolescente morreu e três pessoas ficaram feridas após serem esfaqueadas na saída de um colégio particular em Poços de Caldas (MG), na tarde desta terça-feira (10). Um outro adolescente está em estado grave. Uma monitora de uma van escolar também foi esfaqueada e está internada. Um suspeito, menor de idade, foi apreendido.

De acordo com a Polícia Militar, duas vítimas foram socorridas imediatamente para o pronto-socorro em estado grave, mas uma delas, um menino de 14 anos, identificado como Leonardo Willian da Silva, não resistiu aos ferimentos. A assessoria da Santa Casa confirmou a informação.

Ainda conforme a polícia, um outro adolescente, de 13 anos, foi socorrido em estado grave. Já uma menina de 13 anos sofreu ferimentos leves.

Inicialmente, a Polícia Militar informou que quatro estudantes tinham sido esfaqueados, mas essa informação foi corrigida posteriormente.

A EPTV apurou que uma monitora de uma van escolar, de 17 anos, também foi esfaqueada ao tentar salvar crianças durante o tumulto. Segundo familiares, ela levou uma facada no peito e está internada na Santa Casa, onde passaria por exames.

Uma equipe da Polícia Civil foi encaminhada ao local para iniciar as investigações sobre o caso. A polícia confirmou que o suspeito é um adolescente, ex-aluno do colégio.

Em nota, a Prefeitura de Poços de Caldas, por meio da Secretaria Municipal de Educação, disse que é solidária a toda comunidade escolar da Escola Profissional Dom Bosco, neste momento de dor e consternação, especialmente às famílias dos alunos atingidos. A Prefeitura também informou que está à disposição no atendimento por meio dos serviços de emergência e rede de saúde, Secretaria Municipal de Educação e Defesa Social.

A Câmara Municipal de Poços de Caldas, também por meio de nota, manifestou solidariedade a toda comunidade da Escola Dom Bosco, professores, alunos e familiares pelos trágicos acontecimentos ocorridos na instituição.

A Prefeitura de Poços de Caldas informou que vai decretar luto oficial de três dias no município devido ao ocorrido. As festividades em comemoração ao Dia das Crianças também foram suspensas.

Pelas redes sociais, o Colégio Dom Bosco informou que as aulas estão suspensas e só retornam na próxima segunda-feira (16).

João Pessoa: entenda pedido por plebiscito que pode mudar nome da capital paraibana



A polêmica envolvendo a possibilidade de mudança de nome da capital paraibana, João Pessoa, voltou ao debate após uma movimentação no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB). A procuradora Acácia Suassuna emitiu parecer favorável à regulamentação pela Assembleia Legislativa da **realização de um plebiscito para saber da população o nome de sua preferência para a cidade.**

A ação no TRE foi movida pelo advogado Raoni Vita, que cobra a regulamentação do plebiscito, que é previsto na Constituição da Paraíba.

A discussão, no entanto, não é novidade. Ela ganhou força há 15 anos, com a fundação do **movimento “Paraíba, Capital Parahyba”, que pede a troca de nome da capital, contestando a homenagem ao político João Pessoa.** Um dos principais representantes do movimento é o músico e ex-vereador Flávio Eduardo Maroja, o Fuba, que inclusive já escreveu um livro sobre a questão, chamado de ‘Parahyba 1930: a verdade omitida’.

Além disso, também não é a primeira vez que um plebiscito é utilizado para discutir o assunto. Em 2013, houve uma campanha para coleta de assinaturas na Assembleia Legislativa do Estado pedindo que a população fosse consultada sobre o nome.

Nome da capital paraibana como homenagem política

O nome da capital paraibana homenageia o político João Pessoa, que foi assassinado em 1930 e governou a então província da Paraíba por menos de dois anos. Foi ministro do Supremo Tribunal Militar e por articulação do tio, o ex-presidente da República, Epitácio Pessoa, assumiu o governo.

Pessoa concorreu a presidência do Brasil na chapa com Getúlio Vargas, mas perderam nas urnas para Júlio Prestes. Com a morte de João Pessoa, os aliados da Aliança Liberal derrubaram Washington Luís e colocaram Getúlio Vargas na presidência, durante o que ficou conhecido como Revolução de 30.

João Pessoa foi morto em Recife por João Dantas, um opositor que foi perseguido durante a gestão do presidente da Paraíba, como era chamado o cargo de governador. Pessoa mandou a polícia invadir o escritório de Dantas, que fazia publicações contra ele em jornais. No local foram encontradas cartas de amor escritas pela poetisa Anayde Beiriz.

João Pessoa decidiu expor as cartas na delegacia e anunciou no jornal. Em retaliação, João Dantas matou Pessoa na Confeitaria Glória, em Recife. O crime foi tratado como político e João Pessoa virou uma espécie de mártir.

“João Pessoa não foi esse herói que os livros contam não. E não teve revolução, foi um golpe que começou a ditadura no Brasil”, disse Fuba, sobre a visão do movimento acerca da figura João Pessoa.

Fuba defendeu em entrevista ao Jornal da Paraíba que o crime não tinha caráter político, mas era por “lavagem de honra”. Os aliados do presidente da Paraíba teriam decidido criar um mito para tomar o poder. O ex-vereador aponta que o principal mentor deste plano teria sido o jornalista Assis Chateaubriand.

A mudança de nome da capital, que antes era chamada de Parahyba, aconteceu quase três meses após a morte do político. O assassinato e a comoção popular pressionaram os deputados estaduais, que aprovaram um projeto de lei autorizando a mudança no dia 4 de setembro. **A bandeira da cidade também foi trocada e ganhou os tons vermelho e preto, junto ao “Nego”.**

Ariano Suassuna e o nome João Pessoa

Um dos ícones paraibanos, Ariano Suassuna, nascido na capital, nunca chamou a cidade de João Pessoa por este nome. Ele tinha apenas 3 anos quando o seu pai, João Suassuna, foi assassinado. Ariano argumentava que a morte de João Pessoa promoveu uma série de rixas políticas que levaram à perseguição e a assassinatos na Paraíba. Seu pai era casado com Rita de Cássia, prima de João Dantas.

João Suassuna tentava se defender de acusações feitas por adversários políticos quando foi assassinado com um tiro nas costas, no dia 9 de outubro de 1930, no Rio de Janeiro. Por isso, o escritor recusava-se a chamar a capital da Paraíba pelo nome de João Pessoa.

Família defende legado de João Pessoa

A família Pessoa, que ainda tem integrantes atuando na política paraibana, como o vereador Fernando Milanez Neto, defendem o legado do político. Eles afirmam que a discussão sobre mudança é um desrespeito com a história de João Pessoa, e afirmam que ele mudou a história do Brasil com a Revolução de 30.

Ações na Justiça

Não é somente o movimento “Paraíba, Capital Parahyba” que cobra uma mudança do nome João Pessoa, há também ações independentes, com outras linhas de pensamento. É o caso do que defende o advogado Raoni Vita, que é o autor da ação no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), movida no começo de 2023.

De acordo com o advogado, na Constituição Estadual da Paraíba consta que é obrigatória a realização de um plebiscito sobre o nome da capital. o advogado pediu, inicialmente, que o TRE realizasse o plebiscito na data da próxima eleição, que acontece em 2024.

Depois ele apresentou uma nova ação um 'mandado de injunção', e o parecer da procuradora Acácia Suassuna foi dado neste processo. A procuradora entendeu que, de fato, a Constituição do Estado diz que o legislativo estadual deve criar as regras para a realização do plebiscito, não o TRE-PB.

"A iniciativa para convocar plebiscito para alteração do nome da Capital é da Assembleia Legislativa da Paraíba, a quem incumbe, através de Lei, elaborar os termos da consulta, indicando os parâmetros a serem adotados pelo Tribunal Regional Eleitoral, cuja atribuição se restringe a organizar e executar a consulta plebiscitária", disse Acácia no parecer.

Além disso, ela reconheceu a incompetência do TRE-PB para julgar o caso. E opinou que os autos do pedido sejam encaminhados ao Tribunal de Justiça da Paraíba, a quem compete processar e julgar os pedidos de regulamentação de normas por estado ou legislativo, através de 'mandado de injunção'.



Estratégia
Concursos



GRATIDÃO!



Estratégia
Concursos